

# Negócios Estrangeiros

## Seminário Diplomático

*Janeiro 2017 • Edição Digital Ano VI, nº 6 • Publicação digital do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios*

### *Intervenções*

Augusto Santos Silva

Carlos Moedas

Teresa Ribeiro

Mariana Abrantes de Sousa

Ana Paula Laborinho

Manuel Carlos

Ana Martinho

## *Ficha Técnica*

Seminário Diplomático 2017

Edição digital, Ano VI, nº 6

Publicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Direção: Embaixador José de Freitas Ferraz

Direção Executiva e Edição Digital: Isabel Beja e Costa

Edição: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Largo do Rilvas – 1399-030 Lisboa

Tel. 213 946 400 | Fax 213 946 029 | E-mail: [idi@mne.pt](mailto:idi@mne.pt)

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

## *Nota Introdutória*

### Seminário Diplomático, Edição de 2017

Em 2017, o Seminário Diplomático realizou-se nos dias 4 e 5 de Janeiro, no Museu do Oriente em Lisboa tendo como participantes Membros do Governo, quadros da Administração Pública, das empresas, das universidades e outros sectores estratégicos.

Após a sessão pública de abertura em que usaram da palavra o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o membro da Comissão da EU, Carlos Moedas, a primeira parte dos trabalhos foi dedicada ao tema “O papel de Portugal no Mundo”.

A tarde do primeiro dia focou “Tecnologia e Inovação”, contando com intervenções do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Directora Geral da WebSummit.

No dia seguinte estiveram na mesa questões relevantes para a política externa portuguesa, nomeadamente a “Cooperação nos dias de hoje - desafios e tendências”, bem como uma apresentação conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Cultura centrada na “Política de Ação Cultural Externa”

Damos seguidamente, em detalhe, o testemunho das matérias abordadas.

José de Freitas Ferraz

Embaixador

Diretor do Instituto Diplomático

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

## *Ministro dos Negócios Estrangeiros*

### Augusto Santos Silva

#### **Perspetivas e desafios da política europeia e externa de Portugal, em 2017**

##### **1. Os resultados de 2016**

As orientações e os objetivos fundamentais da política europeia e externa de Portugal foram definidos, em nome do Governo e no quadro da presente legislatura, na minha intervenção no Seminário Diplomático de 2016. Não fazendo sentido retomar a sua apresentação, importa, porém, lembrar os compromissos essenciais que eles corporizam.

Assim, e em primeiro lugar, a política europeia e externa portuguesa é entendida como uma política de Estado, marcada pela convergência entre os diferentes órgãos de soberania, pela continuidade de princípios e finalidades e pelo largo consenso político e social de que podem beneficiar. A União Europeia, a ligação transatlântica, a “lusofonia” e o elo especial com as comunidades residentes no estrangeiro, constituem as suas principais prioridades estratégicas.

Em segundo lugar, o XXI Governo Constitucional valoriza cinco orientações principais para a política externa e europeia: a integração de todos os domínios de política numa única estratégia de ação, sistémica e coerente; a valorização sistemática dos recursos nacionais e da singularidade do nosso posicionamento geopolítico; a afirmação do nosso valor como Estado europeu e atlântico, comprometido com o sistema das Nações Unidas e múltiplas organizações e plataformas multilaterais, construtor de pontes entre diferentes regiões e culturas; a comunicação pública, projetando a imagem de Portugal e dos portugueses; e a parceria, quer entre órgãos e serviços do Estado e da administração, quer com a sociedade civil.

Em terceiro lugar, são nove os objetivos primaciais para a presente legislatura: participar mais ativamente no processo de construção europeia; fortalecer a ligação norte-atlântica; desenvolver a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, contribuindo para o fortalecimento, nela, de um pilar da cidadania; estruturar a ação em prol da internacionalização da economia portuguesa; tratar a língua portuguesa como uma das mais importantes línguas globais do mundo de hoje; modernizar a relação com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro; definir um novo modelo para a cooperação; relançar a ação externa em contexto multilateral; revalorizar a estrutura do MNE e consolidar a rede diplomática, consular e comercial.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

O esforço de todos permitiu caminhar na prossecução destes objetivos, ao longo do ano de 2016. O desenvolvimento de relações bilaterais e multilaterais (políticas, económicas e culturais) consolidou a presença de Portugal em áreas regionais que lhe são prioritárias, da Europa à América Latina, da América do Norte à África Subsaariana, do Norte de África ao Médio Oriente, ao Golfo e à Ásia-Pacífico. Contribuímos ativamente para a nova Estratégia Global de Política Externa e de Segurança da União Europeia e para o reforço da cooperação com a NATO, chamando em todos os contextos a atenção para a importância de lidar, em parceria, com os desafios de segurança a Sul. Participámos na elaboração da Nova Visão Estratégica da CPLP e a nossa proposta de reforço da mobilidade foi acolhida na Cimeira de Brasília. Continuámos a expandir a rede externa da AICEP e apostámos na consolidação de mercados extraeuropeus de investimento e comércio, com destaque para a China, o Sudeste Asiático, o Golfo e a América Latina. Julgo termos dado um novo fôlego e visibilidade à política de língua, bem como ao ensino de português e em português no estrangeiro. Introduzimos os Diálogos com as Comunidades, inaugurámos o Espaço de Cidadão como uma nova forma de apoio aos concidadãos residentes no estrangeiro, alargámos a rede e aumentámos as competências dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante, e promovemos o I Encontro do Investidor da Diáspora. Lançámos novas bases para a política de cooperação, com recurso mais sistemático às diferentes formas e fontes de financiamento dos projetos de cooperação, a redefinição dos diferentes instrumentos daquela política, desde logo a SOFID, e maior apoio às organizações não-governamentais para o desenvolvimento. E conseguimos estancar a sangria de funcionários da rede externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A todos agradeço o empenhamento e profissionalismo demonstrado. Mas quero valorizar especificamente dois grandes resultados da diplomacia portuguesa no ano de 2016. Um é o contributo para a eleição de António Guterres como Secretário-geral das Nações Unidas. Esta eleição demonstra bem, para lá da enorme qualidade pessoal e política do candidato, o reconhecimento de que Portugal beneficia na comunidade internacional e a eficácia da nossa diplomacia. Mérito de muitos e a todos quero agradecer – à representação permanente em Nova Iorque, à equipa que funcionou em Lisboa e a toda a rede diplomática. A eleição de Guterres, sendo um feito maior dele mesmo e, na medida própria, do país e da sua diplomacia, não é, contudo, caso único ou irrepetível. Não me tenho cansado de dizer que é o culminar de um processo de décadas, de envolvimento nosso no sistema multilateral e de proficiência no desempenho, nele, de múltiplas funções; e vai de par com outras candidaturas vitoriosas a cargos internacionais muito importantes. Em 2016, sob proposta ou com o apoio das autoridades portuguesas, foram eleitos, para o Comité dos Direitos Humanos, o Dr. José Manuel Santos Pais; para a Comissão do Direito Internacional, a Prof.ª Patrícia Galvão Teles; como diretor para a Cooperação e Desenvolvimento da OCDE, o Eng.º Jorge Moreira da Silva.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

O número de pessoas refugiadas e em deslocação forçada e a incapacidade que vem revelando a comunidade internacional em acolhê-las, em cumprimento do direito internacional e humanitário, são outra fonte de enorme preocupação.

A União Europeia, em particular, defronta, em 2017, desafios delicados. Os fluxos migratórios, a política de vizinhança, a leste e a sul, e mais globalmente a relação com as Américas, África, o Médio Oriente, a Rússia e as diversas regiões asiáticas, as agendas dos direitos humanos e do Estado de direito, as agendas do desenvolvimento e do clima, são pontos críticos para a sua política externa. Ainda mais decisivas serão, porventura, as várias crises internas que enfrenta: falta da solidariedade necessária para construir uma resposta europeia ao problema do acolhimento dos refugiados e de regulação das migrações, afastamento dos cidadãos face às instituições e ao projeto europeu, ascensão do nacionalismo e das diversas formas de populismo, incompletude e imperfeição da união monetária, desvalorização das políticas de crescimento económico e do emprego, e preocupantes entorses, aqui e ali, ao Estado de direito. Crítica será também a negociação do processo de saída do Reino Unido.

A geopolítica do corrente ano pode também vir a ser marcada por incertezas, designadamente na relação entre os Estados Unidos e a Europa, a Rússia e a China. Ainda é cedo para fazer algo mais do que sinalizar o facto e prepararmo-nos para diferentes cenários de evolução. O futuro próximo da economia mundial e as perspetivas do comércio internacional, designadamente no que toca aos acordos inter-regionais de comércio e investimento, devem merecer-nos muita cautela e ponderação.

Mas a melhor maneira de lidar com a incerteza, gerir os riscos e responder às ameaças é sermos firmes nos nossos valores e princípios, e cuidarmos das nossas capacidades. A vinculação à democracia política e ao modelo social europeu, a defesa da universalidade dos direitos humanos e da sua interdependência, a prática do direito internacional e da solução política pacífica dos conflitos, a fidelidade ao projeto europeu, à aliança transatlântica e ao multilateralismo, a ênfase na segurança cooperativa e na projeção de estabilidade regional, a referência ao mercado único europeu e às quatro liberdades que o constituem e são indissociáveis – quanto à circulação de bens, capitais e trabalhadores e à prestação de serviços –, a assunção de todas as responsabilidades do Espaço Schengen, a abertura económica e o comércio regulado, a multiplicação de parcerias com distintas regiões e países do mundo e, sobretudo, o respeito pela dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e religioso, a aliança das civilizações, a cultura da tolerância e do reconhecimento, tudo isto funda um quadro orientador que a volatilidade das coisas e a complexidade das situações só reforça. Esse quadro é a melhor arma de que dispomos.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Ora, a política externa portuguesa, que participa naturalmente das questões e dos propósitos que movem a política externa da União Europeia, enfrenta desafios e oportunidades que lhe são específicos, ou que assumem entre nós modalidades próprias. O seu inventário seria amplo; limito-me a referir, a título de exemplo, os novos desafios da implementação do ato único de inscrição consular; da participação na elaboração técnica de um regime de mobilidade no espaço da CPLP; do desenvolvimento de conteúdos digitais para o ensino de português no estrangeiro; da concretização da parceria entre a área dos Negócios Estrangeiros e as da Cultura e da Ciência e Ensino Superior, para a promoção da diplomacia cultural e da diplomacia científica; do reforço da cooperação económica, científica, tecnológica e nas áreas de defesa e segurança com os Estados Unidos; do relacionamento com Espanha; da valorização do Atlântico. E esperamos chegar ao fim de 2017 com a melhoria da infraestrutura informática concluída – que é tão vital para assegurar o nosso funcionamento e os serviços consulares – assim como com a renovação e reforço do pessoal afeto à rede externa.

Um inventário minucioso seria, contudo, impossível no tempo desta intervenção. Prefiro, por isso, concentrar a atenção em três desafios que marcarão, creio, a nossa política europeia e externa dos meses por vir. O primeiro desafio coloca-se no quadro das Nações Unidas; o segundo, no da União Europeia; e o terceiro interessa à internacionalização da nossa economia.

### 3. O desafio da afirmação nas Nações Unidas

O Secretário-geral das Nações Unidas é um português distinto. Tal facto não determina, naturalmente, a sua agenda; mas traz responsabilidades acrescidas à participação de Portugal na mais importante das organizações multilaterais. E isto, que já seria bastante, não é tudo. Quanto mais incerta é a situação mundial, mais precisamos do multilateralismo. Portugal, que faz dele o vero princípio da sua política externa, tem de ser cada vez mais ativo na sua promoção.

Temos por nós a clareza do posicionamento geoestratégico, materializado em quatro eixos essenciais: um papel articulador e mediador entre diferentes espaços regionais, entre a Europa do Norte e do Centro e o Mediterrâneo, entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, entre a Europa, a América Latina e África, entre a Europa e as Ásias, o que faz de nós construtores de pontes entre diversos mundos, culturas e tradições institucionais; uma consequente vocação para porta-voz dos anseios e interesses de países de micro, pequena e média dimensão; provas dadas como membros fiáveis e estáveis das várias alianças e organizações a que pertencemos e contribuintes líquidos para a segurança internacional, revelando especial à vontade em missões de paz e capacitação; uma língua global, que une países situados em todos os continentes e se projeta além deles como língua de comunicação e cultura de alcance mundial.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

A vinculação ao multilateralismo, às Nações Unidas e às suas diversas agências, não oferece qualquer dúvida. Encontramo-nos entre aqueles que mais valorizam a diplomacia para a paz e a diplomacia para os direitos humanos, e entre aqueles que mais enfatizam a importância decisiva do mar e dos oceanos, nos diferentes planos, securitário, científico, económico e ambiental. Lideramos o debate e a ação internacional em várias áreas, com destaque para a questão do tratamento da toxicodependência numa perspetiva de saúde pública e para a promoção das energias renováveis.

Aderimos imediata e incondicionalmente à Agenda 2030, para o desenvolvimento sustentável, e ao Acordo sobre o Clima.

A combinação destas causas e bandeiras singulariza-nos e afirma-nos, no universo das Nações Unidas. Também por isso acreditamos nas possibilidades de sucesso das candidaturas internacionais que se decidirão este ano, a de Portugal ao Conselho Executivo da UNESCO e a do comandante Aldino Campos à Comissão de Limites da Plataforma Continental.

Em alguns destes domínios, a contribuição portuguesa pode e deve ser de primeiro plano. O Secretário-geral Guterres explicou na Assembleia da República, no passado dia 23 de dezembro de 2016, por que entendia que Portugal haveria de estar na dianteira do esforço, mais do que imprescindível, para a retoma de uma agenda positiva e progressiva dos direitos humanos. Por três razões principais: porque defendemos a interdependência e indivisibilidade das liberdades pessoais e dos direitos civis e políticos, por um lado, e, por outro, dos direitos económicos, sociais e culturais; porque valorizamos os direitos humanos por si mesmos, e não como instrumentos de pressão ou cálculo político; e porque praticamos uma abordagem não confrontacional, recusando posturas de superioridade moral e arrogância cultural e privilegiando o diálogo e a intercompreensão, atentos ao sentido da evolução que cada nação vai fazendo nesta área fundamental.

Também nos oceanos é promissora a participação de Portugal no universo das Nações Unidas. Seremos uma das duas nações cofacilitadoras da próxima conferência internacional, em julho próximo, sobre o tema e organizaremos, em setembro, a nova edição do Oceans Meeting.

Ao mesmo tempo, espera-se que comece ainda este ano a análise da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental; e, quer no âmbito da ciência e da tecnologia, com o projeto de criação, nos Açores, do Atlantic International Center, quer no âmbito da segurança e defesa, com o projeto de cooperação multilateral em torno da segurança atlântica, temos ideias e ações concretas a valorizar, também do ponto de vista da política externa em forma multilateral.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

#### 4. O desafio da participação europeia

O segundo desafio que gostaria de individualizar situa-se no quadro da União Europeia. A Europa não é uma realidade exterior a nós próprios, mas sim o continente a que geoistoricamente pertencemos e a União económica e política em que quisemos e queremos integrar-nos. Há talvez, aqui, ainda um esforço de comunicação pública interna a fazer, que demasiadas vezes, na opinião pública e até nos responsáveis políticos, se ouve opor “Portugal” e “Europa” como se de coisas contrárias se tratasse. Já no ano passado fizemos esse esforço, com o ciclo de conferências comemorativas do trigésimo aniversário da integração; e tornaremos a fazê-lo este ano, a propósito do sexagésimo aniversário da celebração do Tratado de Roma.

Para o próximo mês de março se espera, aliás, a conclusão de dois importantes processos de reflexão interna: o completamento do chamado roteiro de Bratislava, isto é, da agenda de prioridades definidas pelos Chefes de Estado e de Governo na cimeira informal de setembro passado; e a publicação do Livro Branco da Comissão Europeia sobre o futuro da União. Os nossos contributos para ambos os processos são importantes, também neles se testando o sentido do objetivo definido pelo Governo, que, recordo, é participar ativamente no processo de construção europeia.

A centralidade que atribuímos à temática está bem expressa no próprio programa do Seminário Diplomático. No próximo dia 24 de janeiro, organizaremos, em Lisboa, um seminário de alto nível e uma conferência pública sobre o futuro do euro, procurando fazer a síntese dos intensos debates em curso e retirar propostas pertinentes e exequíveis para o futuro imediato. A 28, a nossa capital acolherá a segunda edição da reunião informal de Chefes de Estado ou de Governo dos países do Sul da Europa.

O ponto é que de nada serve enumerarmos apenas a sucessão de atos eleitorais e as oscilações da opinião pública e da intenção de voto, como se tudo dependesse dos respetivos resultados e a expectativa deles nos tivesse de paralisar. Aliás, a tentação de olhar para eleições como supostos obstáculos ao processo de integração ou de transformar referendos em instrumentos de jogo político circunstancial é um dos sinais mais evidentes de uma certa arrogância e enclausuramento das elites eurocráticas e um dos mais funestos fatores de afastamento dos cidadãos face ao projeto europeu.

Para quem, como Portugal, entende que não há futuro positivo fora do quadro da União e que, para que ele vingue, é imperioso que a União responda aos anseios das pessoas e dos povos em torno da preservação da liberdade, do reforço da segurança e do retorno à prosperidade, há muito a fazer e sem perder tempo. E talvez seja preciso retomar uma das mais importantes ações da Comissão Jacques Delors, que foi identificar e explicar os “custos da não Europa”, demonstrando mais uma vez o que perderíamos, em todos os domínios, se acaso renunciássemos ao projeto europeu.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Portugal quer estar na linha da frente da elaboração de respostas positivas e mobilizadoras, e esse é o traço essencial da sua política europeia. Em 2016, fizemos a prova que era necessária: a prova do nosso compromisso com a União Económica e Monetária e da nossa disponibilidade para assumir todas as responsabilidades de Estado-membro, seja no acolhimento de refugiados, na gestão das migrações e na defesa de Schengen, seja na política de segurança interna e externa e na estabilização regional, seja no desenvolvimento e completamento da União Bancária, da União da Energia ou da agenda digital, seja nas políticas de educação, cultura, ciência, inovação, ou de promoção da indústria europeia.

Coerentemente, bater-nos-emos, em 2017, por causas que nos parecem essenciais para a Europa e para nós nela.

A primeira é a consolidação e o aperfeiçoamento da Zona Euro. O que requer, do nosso ponto de vista, a sua dotação com uma capacidade orçamental digna desse nome, indispensável para o ajustamento face a choques assimétricos; a revisão do quadro de orientação das políticas orçamentais nacionais, de modo a libertar incentivos para o investimento e o crescimento da procura; a implementação de instrumentos financeiros europeus que apoiem, sob condicionalidade inteligentemente formulada, esses esforços de investimento, público e privado, capaz de gerar emprego, sobretudo entre os jovens; e, evidentemente, a conclusão do que já está visto e comprometido mas se demora a concretizar, quando não mesmo se bloqueia, em matéria de união bancária. Isto, que de mais imediato se perfila, não é incompatível; pelo contrário, articula-se com dois debates incontornáveis, mas que só fazem totalmente sentido se colocados no plano europeu, e não deste ou daquele país.

O primeiro é o debate sobre o endividamento excessivo, que penaliza tantas economias da Zona Euro, incluindo várias das mais fortes, e que significa hoje uma punção terrível dos orçamentos nacionais e a economia europeia. As propostas existem, falta é momento e impulso político.

O segundo debate é a harmonização fiscal e social capaz de dar plena realização ao projeto de união económica. De facto, se os Estados continuarem a concorrer entre si através de uma competitividade fiscal puxada para baixo, e muitas vezes na margem da contemporização com a mais escancarada e escandalosa evasão fiscal; e se os estabilizadores sociais não funcionarem de forma minimamente articulada, nas várias economias, a União Económica e Monetária persistirá incompleta e imperfeita, agravando as assimetrias entre países em vez de corrigi-las.

É preciso, portanto, dar um novo impulso às políticas europeias orientadas para a convergência económica e social. Só esta dá pleno sentido à integração monetária, só esta permite construir respostas satisfatórias às expectativas e anseios da população europeia, gerir e absorver bem os efeitos internos da globalização, manter a abertura ao comércio internacional e mobilizar o conjunto dos cidadãos e dos parceiros sociais para o projeto de desenvolvimento assente no mercado único e na união política.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Este impulso não põe em causa o quadro consolidado da coesão e os seus instrumentos políticos e financeiros. Mas atribui-lhe um novo significado e um outro alcance. Os fundos da coesão são e continuarão a ser essenciais para favorecer a qualificação das pessoas, o desenvolvimento regional, a recuperação do atraso infraestrutural e o investimento produtivo. Não podem ser sacrificados, nem na revisão das perspetivas financeiras correntes, nem na preparação do novo quadro plurianual. Devemos, isso sim, continuar a construir complementarmente um outro quadro de instrumentos de apoio à modernização da economia, à melhoria dos fatores de competitividade e à geração de emprego, designadamente entre os jovens, com a ossatura e a ambição necessárias para acelerar o ritmo da recuperação económica e com atenção particular e merecida aos países que mais castigados foram nos programas de ajustamento orçamental. O Plano Juncker é um exemplo positivo, o seu prolongamento e robustecimento, no respeito pelo equilíbrio geográfico, deve ser saudado, mas temos, nós europeus, de ir bastante mais longe.

Portugal tem defendido que a combinação de programas de estímulo económico e reabilitação urbana e de programas de inclusão social, que incentivem e enquadrem a iniciativa de jovens, configura um recurso muito poderoso para enfrentar as causas profundas do mal-estar social que está, entre outros fatores, na génese de processos de radicalização em várias áreas urbanas europeias, muitos dos quais levam mesmo à adesão ao discurso de ódio, à conflitualidade de base étnica ou religiosa e, no limite, ao terrorismo. Prosseguiremos nessa defesa e renovaremos a proposta concreta que já apresentámos, no sentido do lançamento de um programa socioeconómico de escala europeia, centrado na reabilitação física, económica e social dos territórios urbanos e periurbanos mais críticos.

Outro tema central da agenda comum para 2017 no qual Portugal tem um interesse estratégico é a negociação do chamado Brexit. Aderimos sem reservas à linha definida pela Comissão e os 27 Estados-membros: não há negociação antes da notificação pelas autoridades britânicas, a negociação é feita a 27, as quatro liberdades do mercado único são indissociáveis, a vontade de saída de um Estado-membro não pode ser encarada numa lógica de punição, mas seria inconcebível que aqueles que pretendem sair ficassem em melhores condições, no usufruto das vantagens da construção europeia, do que as que tinham enquanto participantes dessa construção.

Não obstante, há pelo menos três pontos que Portugal entende sublinhar especificamente. O primeiro concerne os direitos e responsabilidades das comunidades de europeus residentes no Reino Unido e das comunidades de britânicos residentes na União. Tais direitos e responsabilidades estão inteiramente salvaguardados, nos termos da legislação europeia, até à saída formal; o respeito por eles é uma das questões decisivas para o bom desenlace da negociação; e qualquer acordo preferencial futuro deve passar por condições também preferenciais de circulação, trabalho e residência.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

O segundo ponto é a necessidade incontornável de preservar, no contexto da efetivação da saída britânica, o balanceamento entre o fator atlântico e o fator continental, que alimenta o próprio continente europeu e é tão estratégico para países como Portugal. Saindo o Reino Unido da União Europeia, é preciso encontrar formas institucionais, políticas e económicas, que mantenham uma inserção forte e duradoura do Reino Unido na Europa. Portugal, que pertence à União, é também parte da fachada atlântica: para nós, a Europa é as duas coisas, espaço continental e espaço marítimo. O que tem uma inscrição muito particular no campo político da segurança e da defesa, e eis o terceiro ponto que gostaria de salientar: a importância estratégica da cooperação com o Reino Unido, no plano civil e militar da segurança europeia.

Esta é uma das várias razões pelas quais defendemos, sem hesitações, o desenvolvimento da cooperação entre a União Europeia e a NATO. São entidades certamente distintas, na sua natureza e amplitude. A União tem também uma dimensão de segurança, e nela uma componente militar, sendo muito inapropriado continuar a tentar vê-la (isto é, a desvalorizá-la) apenas como soft power. No contexto de defesa coletiva proporcionado pela NATO, o reforço das responsabilidades e dos meios dos aliados europeus também nos parece uma obrigação. Tem é que ser bem avaliada, que não basta medir despesa em proporção do produto nacional, é preciso olhar também para o desempenho de cada aliado, quer do ponto de vista das questões de segurança que o seu comportamento provoca, quer do ponto de vista das condições em que disponibiliza as suas forças para as missões comuns. E, aí, Portugal pede meças, que nenhuma questão tem suscitado nem nenhum caveat indevido tem interposto.

Não podemos é duplicar meios, nem desperdiçar recursos. Por isso, a maior colaboração entre a União e a NATO, concretizando a declaração conjunta assinada em Varsóvia, em julho de 2016, é o caminho certo. Juntamente com a implementação da Estratégia Global de Segurança e Política Externa e o Plano de Ação Europeu de Defesa.

Quero ser claro. Portugal valoriza a Estratégia, para cuja elaboração contribui, e defende que seja posta em prática. Com tempo suficiente de maturação e efetivação, que tocamos mais um núcleo duro da soberania nacional. Com comunicação competente, junto das nossas opiniões públicas. Sem nenhuma confusão com a tentação dos saltos em frente, demasiado voluntaristas, na ilusão de que abrir uma nova gaveta de integração seria remédio para a nossa incapacidade de fechar com sucesso outras, desde logo a União Económica e Monetária. E sem nenhuma esquizofrenia, que era o que aconteceria se nos puséssemos a exigir mais gastos militares e menos gastos em todos os outros setores. Uma das achegas mais importantes que demos à Estratégia Global de Segurança e Política Externa foi a chamada de atenção ao Sul: à fronteira sul das nossas parcerias de desenvolvimento, ao sul da nossa vizinhança e da nossa segurança. Não o fazemos por contraposição ao Leste – e por isso estamos totalmente confortáveis com o lema da projeção de segurança a 360º.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Temos, porém, e todos os nossos amigos e aliados o sabem, uma sensibilidade própria para com o Sul. E, em particular, com África, toda a África. Digo-o, agora, também para recordar que 2017 será o ano da nova Cimeira União Europeia-África, uma interação da maior importância que foi iniciada em presidências portuguesas. A sua realização, prevista para novembro, deve ser o culminar de um processo, que aliás já começou, de atualização e incremento do diálogo e parceria com esse grande continente carregado de promessas e desafios. Portugal não se cansa e não se cansará de dizer que a Europa tem um interesse estratégico na relação com África, e África na relação com a Europa; e nem a China, nem a Índia, nem as Américas, sendo naturalmente muito importantes, são alternativas para essa relação. Se nós queremos manter viva a agenda multilateral e bilateral em que, como europeus, mais nos revemos – os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Agenda do Clima, a projeção de segurança, a gestão das migrações, a proteção dos refugiados e requerentes de asilo, o combate às causas profundas da instabilidade, a resposta à dinâmica demográfica, a mobilização positiva da juventude – temos de falar, dialogar e trabalhar com África. A participação empenhada e ativa neste processo será, não tenho dúvida, uma das marcas de água da diplomacia portuguesa em 2017.

## 5. O desafio da internacionalização

Rumo agora ao último dos desafios que me propus singularizar, de natureza mais económica.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem uma responsabilidade própria e inequívoca nesta área: compete-lhe coordenar a ação em prol da internacionalização da economia portuguesa, intervindo em três dimensões: na promoção das exportações, na promoção do investimento português no estrangeiro e na captação de investimento estrangeiro para Portugal. Esta responsabilidade pertence a todos os serviços e agentes e realiza-se em todas as modalidades de atuação. Tem uma componente de promoção económica e comercial, a cargo da AICEP e da sua rede externa de delegados. Tem uma componente de diplomacia económica, a cargo dos serviços centrais, das embaixadas e dos consulados. Tem uma componente de trabalho junto das comunidades portuguesas, atraindo investimento da diáspora e alargando os mercados para bens e serviços nacionais, nas sociedades de acolhimento e vizinhas. Convoca a articulação com a cooperação portuguesa e a sua participação nos instrumentos financeiros internacionais do desenvolvimento, com o ensino de português no estrangeiro, com a ação cultural externa. Interessa, pois, a todos os institutos, todas as direções-gerais, todas as embaixadas e consulados, sem que isso signifique, evidentemente, diminuir o papel central da AICEP.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

E é um trabalho contínuo e institucional: um trabalho de persistência, acompanhamento, realização.

Por isto é que nos cabe uma posição crítica, no esforço nacional para acelerar o crescimento, que marcará, sem qualquer dúvida, este ano. 2016 apresentou sinais positivos: a consolidação orçamental, o início da estabilização do sistema financeiro, o aumento do produto, a criação de emprego e a redução do desemprego. O ritmo de recuperação tem de intensificar-se em 2017.

Nas nossas áreas de intervenção, o principal problema que as empresas portuguesas defrontaram, no ano transato, derivou da desaceleração económica e da crise financeira que afligiu alguns dos seus mais importantes mercados extraeuropeus. Os efeitos sentiram-se quer em fortes quebras das exportações para esses mercados, quer na redução de oportunidades de investimento neles, quer no aumento das dificuldades em obter pagamentos ou repatriar rendimentos.

Da outra banda, deve mencionar-se vários resultados positivos. Se olharmos para a balança comercial, tendo em conta os resultados mais recentes, relativos à evolução das exportações de bens e serviços entre janeiro e outubro de 2016, em termos nominais, vemos que as exportações cresceram 0,5% face ao período homólogo de 2015, ao passo que as importações caíram 1,1%, o que fez subir a taxa de cobertura das importações pelas exportações de 105% do PIB (em 2015) para 107%. Como se sabe, em termos reais a evolução é mais favorável. Segundo as últimas projeções apresentadas, em dezembro passado, pelo Banco de Portugal, as exportações crescerão realmente 3,7% no conjunto do ano de 2016 e as importações 3,5%, o que fará com que o saldo positivo da balança comercial de bens e serviços suba de 1,8% do PIB, em 2015, para 2,2% em 2016.

Mas regressemos aos dados do INE e ao período entre janeiro e outubro de 2016, para assinalar outros dois factos particularmente relevantes. As exportações para a União Europeia aumentaram, em termos nominais, 5%, valendo agora três quartos do total das exportações. Só os quatro primeiros mercados, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, valem dois terços. Os setores mais exportadores são as viagens e turismo (com 17% do total), máquinas e aparelhos (10%), veículos e outros materiais de transportes (8%). Insisto nestes factos porque contrariam ideias feitas mas erradas, teimosamente difundidas no espaço público, sobre a alegada dependência das exportações dos novos mercados não europeus ou dos setores ditos tradicionais. O que não significa trabalhar menos estreitamente com as associações empresariais na busca de novos mercados para exportação de produtos nacionais ou para destino de investimento por parte de empresas portuguesas, até porque é em relação ao espaço económico fora da OCDE que mais se verificam dificuldades ou bloqueios que a ação diplomática pode eficazmente remover. Significa, isso, sim, ver as coisas na perspetiva certa.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Do lado do investimento português no estrangeiro, o facto mais positivo foi sem dúvida a renovada demonstração da capacidade das nossas empresas em diversificar os mercados de investimento, apostando designadamente na América Latina, na África não lusófona e no Golfo, além dos mercados europeus e norte-americano. E, quanto ao investimento em Portugal apoiado pela AICEP, o que importa salientar é, primeiro, a importância do investimento oriundo das grandes economias europeias, como a Alemanha e a França, segundo, a atratividade crescente de Portugal para centros de inovação e tecnologia e para centros de serviços partilhados e, terceiro, a continuidade da aposta em unidades industriais produtivas. O processo em torno da Web Summit exprime bem este novo potencial de inserção do nosso país na cadeia internacional de valor.

São identificadas, cada vez mais, características ímpares do nosso país, que reforçam a sua atratividade como destino para investir, residir, ter uma base operacional ou, mesmo, como destino-refúgio. São características de segurança, estabilidade, hospitalidade, tranquilidade pública, bons serviços de saúde, bem-estar, infraestruturas e fiscalidade, ausência de movimentos racistas ou xenófobos. Elas são, muitas vezes, apercebidas aquando de deslocações turísticas, pelo que também aqui se demonstra a utilidade de estratégias articuladas entre as áreas do turismo e da captação de investimento, como tem feito o Governo.

Estão assim dadas as tendências que podemos e devemos explorar em 2017. Não há nenhuma rutura de política pública a fazer. Há, sim, a obrigação de melhorar a sua estrutura organizativa e a nossa ação prática, mobilizando os nossos melhores recursos e esforços em torno do comércio e do investimento. Nós tomamos por referência, naturalmente, o Programa Nacional de Reformas e as apostas estratégicas na qualificação das pessoas e organizações, na simplificação e modernização dos procedimentos e da administração, na capitalização das empresas, na inovação em processos, produtos e mercados, na coesão territorial e social. Aplicamo-las adaptando-as às questões específicas da internacionalização, coisa que se poderá muito sumariamente sintetizar em quatro linhas de ação: desenvolvimento da relação comercial e de investimento com os nossos parceiros europeus fundamentais, que são os mais próximos de nós não só na geografia como em matéria de modelo económico, quadro institucional e relações de trabalho; consolidação dos novos mercados e parcerias entretanto abertas; abertura de novos mercados e exploração de novas possibilidades de geração de capital e investimento; prossecução do reforço da capacidade da AICEP, designadamente na sua rede externa e na sua perícia para captar e acompanhar investimento.

O que aqui gostaria de lembrar é que esta é uma tarefa de todos. Independentemente das responsabilidades da Secretaria de Estado da Internacionalização e da AICEP, esta é uma tarefa em que todos nos devemos envolver pessoalmente, do ministro e de todos os secretários de Estado aos embaixadores, cónsules, delegados e demais funcionários.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

O que requer a deteção tão precoce quanto possível de oportunidades e o acompanhamento de intenções, projetos e realizações; a atenção à função crítica da prática diplomática, mas também a todos os instrumentos de política, dos quais destaco, a título de exemplo, a SOFID e demais atores da cooperação portuguesa; o trabalho junto dos mercados e dos investidores da diáspora; ou a colaboração entre o Instituto Camões, a AICEP e as empresas, tirando todo o partido de programas como a ação cultural externa ou a empresa promotora de língua portuguesa.

Individualizar o desafio da economia para a política externa tem, aliás, esta vantagem de nos projetar imediatamente para o conjunto desta política. A concessão de vistos e autorizações de residência, a geografia e a dinâmica das redes externas do país, a articulação entre diplomacia e promoção comercial, o valor da língua e da cultura, a ligação estreita com a riqueza e diversidade da emigração portuguesa e das comunidades lusodescendentes, o relacionamento bilateral com as mais diversas nações, a participação na dinâmica multilateral entre regiões e organizações regionais, o reforço da cooperação no âmbito da CPLP, ou da Conferência Iberoamericana, e, evidentemente, a natureza da nossa dupla condição europeia e atlântica: tudo rapidamente se convoca, a partir do olhar económico, como se convocaria a partir de um outro. O ponto que verdadeiramente conta é este: ao Ministério dos Negócios Estrangeiros é que cabe conduzir a política pública em matéria internacional.

Tal é a nossa responsabilidade; e falo em nome de todos quando digo que é com muita honra e gosto que a assumimos.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

## *Comissário Europeu* *Carlos Moedas*

### **Defender a Europa no mundo de amanhã**

É uma particular honra estar na abertura do Seminário Diplomático no culminar de um ano marcado por importantes vitórias diplomáticas do nosso País.

A eleição de António Guterres como Secretário-geral das Nações Unidas foi sem dúvida o momento alto. Mas em múltiplas outras frentes e geografias houve em 2016 trabalho eficaz e excelentes resultados.

Um período delicado para o nosso País foi a ameaça de penalizações no contexto do Pacto de Estabilidade. Fomos bem-sucedidos nesse episódio, evitando o que teria sido um erro histórico da Europa e uma provável fonte de tensão desnecessária entre os portugueses e o Projeto Europeu.

Enquanto Comissário Europeu não represento Portugal. A minha obrigação é defender os tratados e o projeto Europeu.

Ao mesmo tempo, cada comissário deve promover esses valores junto do seu País e ao mesmo tempo exprimir em Bruxelas o sentimento e a realidade desse mesmo país.

Assim, entendi que neste contexto esse meu dever seria cumprido:

- Se fosse capaz de elucidar os meus colegas do enorme sacrifício e esforço dos portugueses durante o programa de ajustamento.
- Se fosse capaz de relembrar que na nossa sociedade impera um extraordinário consenso à volta das questões europeias, consenso que é hoje cada vez mais raro noutros Estados Membros.
- Se fosse capaz de salientar que as regras criadas durante a crise financeira tinham sérios problemas de compreensão e mesmo de metodologia e que seria injusto castigar Portugal com base em regras de complexa aplicação.
- Nesse contexto, falei e trabalhei com muitas pessoas de vários países: com aquelas que apoiavam Portugal mas também com aquelas que tinham uma visão legítima mas, no meu entender, algo simplista das regras.
- Trabalhei no sentido de elucidar conceitos e tentei compreender e avaliar o rumo orçamental em curso. E aí testemunhei diretamente a inteligência, a capacidade e a dedicação da nossa máquina diplomática.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Queria portanto endereçar os meus sinceros parabéns pelo extraordinário trabalho realizado por todos e por cada um de vós.

Mas ao mesmo tempo quero dizer-vos aquilo que já sabem: 2017 será um ano de grandes desafios para a Europa.

O ano que agora se inicia promete ser ainda mais intenso para a Europa e para o Mundo.

E por isso gostaria de vos falar hoje de dois temas cruciais para o nosso futuro:

1. O papel de liderança que Portugal pode, e deve, ter numa Europa em transformação.
2. E a minha visão de como podemos combater a cultura do medo que se instalou na nossa sociedade moderna.

### **[1. Liderança de Portugal]**

Portugal pode e deve ter um papel central nas escolhas complexas que a Europa tem que tomar nos próximos tempos.

Aliás, com tantos Países europeus confrontados com a ameaça do populismo, e com tantas lideranças europeias com falta de memória sobre os benefícios do projeto Europeu, países como Portugal têm hoje uma obrigação acrescida.

Uma obrigação de salientar e defender as múltiplas conquistas da União Europeia.

Portugal deve à UE muito do seu extraordinário desenvolvimento nas últimas três décadas. Não penso apenas nos fundos que tem recebido. Penso no mercado interno. Penso na maior abertura, penso na troca de ideias, conhecimento e ciência. Penso na circulação de pessoas.

Mas a verdade é que hoje já não chega, para justificar a existência da União, apontar os benefícios tradicionais da paz e da prosperidade, por muito importantes que sejam. Talvez porque os damos por adquiridos.

O que mais me surpreende no presente euroceticismo é a ignorância sobre a atual perda de influência da Europa no mundo. Sobre como todos juntos somos mesmo assim poucos para competir no mundo global.

O que mais me surpreende é que num mundo cada vez mais complexo e competitivo, alguns decidam em referendo regressar e retrair-se às suas fronteiras em vez de abraçar um bloco regional.

Vi há dias a notícia de que a Índia ultrapassou o Reino Unido em produto interno bruto. Há alguns meses já tinha lido que o PIB da Califórnia tinha ultrapassado o de França. Ontem vi que o valor em bolsa da Apple é superior à soma de todas as empresas cotadas na Bolsa italiana.

As projeções demográficas para 2050 apontam para que a população da União Europeia constitua cerca de 5% da população mundial, contra quase 7% hoje. E será uma população bastante mais envelhecida do que a atual.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Em 2050, ao que tudo indica, a economia mundial será dominada por três países: a China, os Estados Unidos e a Índia .

Enrico Letta dizia que no G7 de hoje estão 9 pessoas sentadas à volta da mesa – das quais 6 são europeus: a Alemanha, a França, o Reino Unido e a Itália, o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu. Isto não só já não corresponde ao mundo de hoje – como corresponderá menos ainda ao mundo de amanhã. Podemos até duvidar se dentro de 20 anos haverá ainda europeus sentados à mesa do G7. Letta acrescentava de forma provocadora que na Europa há duas categorias de países: os que são pequenos e os que ainda não perceberam que são pequenos .

O mundo está a mudar. A posição da Europa no mundo também.

Face a esta redução da influência europeia:

O caminho deverá ser unir e agregar ou dividir e fragmentar? Penso que a resposta é óbvia.

Portugal, como nação relativamente pequena quando comparada com outras nações europeias, compreendeu sempre e de forma quase instintiva este dilema.

Borges de Macedo, na sua magistral “História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força”, ilustra na perfeição como uma nação pequena conseguiu sobreviver e prosperar por via de inteligentes alianças e grandes doses de pragmatismo. Essa lição da História Portuguesa será cada vez mais relevante numa Europa em que mesmo as grandes nações se estão a tornar pequenas à escala global.

Em 1979, Borges de Macedo escreveu, e cito:

“A defesa e a demonstração das pequenas nações é um projeto em que Portugal pode admiravelmente participar. A nossa cultura e a nossa gente sempre se realizaram nessa busca de diferencialidade pelo particular, na sua teorização.”

Aqui está um bom desígnio para Portugal e para esta Europa de 2017: reforçar-se no mundo pela sua diferencialidade e pelos seus valores. E, acrescento eu, pela ilustração de que a União e a partilha de soberania fazem de facto a força.

Há uns anos Mário Draghi lembrou que há duas formas de olhar para o conceito de soberania. A primeira foi definida por Jean Bodin (em 1596) e em que a soberania era interpretada de um ponto de vista meramente normativo: o poder de declarar guerra, de emitir moeda ou de cobrar impostos.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Uma outra forma de ver a soberania relaciona-se com a capacidade positiva de fornecer, na prática, os serviços essenciais que os cidadãos esperam dos seus governos. Um país que não consegue assegurar os serviços básicos é soberano apenas em teoria. No fundo, o que legitima a verdadeira soberania é a capacidade do Estado proporcionar segurança, prosperidade e estabilidade ao seu povo.

Nesta perspetiva, o projeto europeu é uma forma esclarecida de abdicar de parte da soberania normativa em troca de uma reforçada soberania positiva.

Os países da União Europeia abdicaram de alguns dos seus instrumentos próprios em troca de um interesse superior: a prossecução do bem comum. Isto era verdade nos anos 50 quando evitar a guerra e apoiar o desenvolvimento económico era a prioridade. Mas é ainda mais necessário no século XXI, quando o desafio já não é tanto – ou só – interno, mas sobretudo externo. Quem se sentará à mesa do clube restrito do futuro, seja ele o G7 ou outro qualquer? Quem tomará as grandes decisões económicas, estratégicas, e até, quem sabe, militares?

### **[3. A cultura do Medo]**

Mas como responder a estes desafios quando se instalou na Europa uma cultura do medo:

- Medo do outro
- Medo da globalização
- Medo de nos abirmos ao mundo
- Medo do futuro
- O medo de ter medo

Para mim só podemos encarar o medo se conseguirmos explicar aos europeus a globalização.

A globalização reduziu a pobreza no mundo mas aumentou a desigualdade. E isso revolta e angústia os Europeus. Isso cria o medo.

O economista Branko Milanovic demonstrou que foi exatamente a classe média dos países desenvolvidos que mais perdeu com a globalização.

A Europa tem um papel crucial na solução deste problema porque somos como diz Pascal Lamy os únicos capazes de "civilizar" a globalização pela nossa natureza e pelos nossos valores.

E para mim o civilizar a globalização passa por uma direção assente em dois pilares: um pilar político de solidariedade; e um pilar económico, de conectividade. Só assim conseguiremos combater o medo.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### [Solidariedade]

Quanto à solidariedade, acredito que deve ser o valor político supremo do projeto europeu.

É o elemento comum para compreender e enfrentar crises tão díspares como as do Euro, a dos refugiados ou a da segurança.

Quando há países que toleram que o ónus de acolher refugiados se concentre principalmente nalguns Estados Membros estamos a assistir a uma quebra da solidariedade.

Quando há países que aceitam que dois Estados Membros, a Grécia e a Itália, suportem a maior parte do fardo da defesa das fronteiras externas e do processamento dos refugiados que chegam às suas costas – estamos a assistir a uma quebra de solidariedade.

Quando há países que falham nas suas obrigações de responsabilidade orçamental e com isso criam riscos e prejuízos para os seus vizinhos, estamos a assistir a uma quebra de solidariedade.

Quando há países que resistem a eliminar as barreiras ao livre comércio dentro da União, e com isso prejudicam a economia. Isso é também uma quebra de solidariedade.

Tal como quando há países que resistem a partilhar informações dos seus serviços de segurança e com isso dificultam o combate à criminalidade em geral e ao terrorismo em particular – também isso constitui uma quebra de solidariedade.

O futuro da Europa tem que passar pelo reforço da solidariedade. E os políticos têm que ter a coragem de afirmar que a solidariedade é a obrigação ética de um país que queira ser parte de um projeto de integração regional. Não se podem ter os benefícios dessa integração sem contribuir para a mesma.

O populismo que hoje se vê na Europa é a expressão acabada da erosão da solidariedade. Se há algo que os populistas partilham, da extrema-esquerda à extrema-direita, é uma visão egoísta, centrada em interesses de curto prazo.

Como diz Frans Timmermans no seu livro *Fraternité*: "A solidariedade não existe sem interesse próprio. Não confundamos solidariedade com altruísmo. O altruísmo é um dom e a solidariedade é a partilha com o objetivo de nos tornarmos mais fortes."

Como diz Frans Timmermans no seu livro *Fraternité*: "A solidariedade não existe sem interesse próprio. Não confundamos solidariedade com altruísmo. O altruísmo é um dom e a solidariedade é a partilha com o objetivo de nos tornarmos mais fortes."

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### [Conectividade]

Um dos princípios de legitimação do projeto europeu, a prosperidade económica e o da sua justa distribuição.

Eu acredito que igualdade na distribuição da riqueza dependerá da forma como conseguiremos abraçar as oportunidades daquilo a que chamo “conectividade”.

A “conectividade” pode ser vista não só como o grau de ligação física de cada país ao resto do mundo, mas também como o grau de ligação digital. Que permite a troca de informações e o fornecimento de serviços além-fronteiras.

De uma forma simples, pode dizer-se que a prosperidade de cada país passa cada vez mais pelo grau de conectividade física e digital com o resto do mundo. E também pela forma como consegue usar essa conectividade para explorar o pleno potencial da sua economia.

Parag Khanna inventou o conceito de “conectografia” para ilustrar um mundo onde a conectividade permite ultrapassar as limitações físicas da Geografia. Permite contrariar a velha expressão, atribuída a Napoleão, de que “a geografia é destino”.

Khanna diz que estamos a passar de um mundo de geografia política para um mundo de geografia funcional. O nosso sistema evoluiu dos impérios verticalmente integrados do século XIX, passando pelas nações horizontalmente interdependentes do século XX, para uma civilização em rede no século XXI.

Trata-se de algo que compreendemos de forma intuitiva num país como Portugal. Todos sabemos a diferença que faz no nosso País a criação de uma nova rota, um novo acesso à Europa ou a outro continente, ou uma nova ligação energética a Espanha ou Marrocos.

Enquanto Comissário responsável pela ciência e inovação, assisto todos os dias ao progresso exponencial da economia digital e das conexões digitais.

Gostaria que o grande desígnio da agenda económica da União Europeia para a próxima década fosse o investimento na conectividade dentro da Europa e na conectividade da Europa com o resto do mundo. Este é um ponto em que Portugal pode e deve ter um forte papel, devido à sua ligação com a lusofonia.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### **[Conclusão]**

O ano de 2016 foi um ano difícil para a Europa. Sem querer fazer futurologia, arrisco-me a adivinhar que o ano de 2017 será tão ou mais difícil. As forças políticas extremistas apostam em vender o medo; querem solidariedade sem responsabilidade; e abominam a conectividade nos traz maior liberdade individual e um mundo mais cosmopolita.

Querem voltar ao passado que julgam ser futuro e pensam que o protecionismo, que tanto tem destruído as nossas sociedades, é o caminho. No fundo lutam por uma Europa fechada. A Europa com que sonho e que quero deixar aos meus filhos é exatamente o contrário. É uma Europa aberta, uma Europa solidária, que cria oportunidades e defende os valores dos Europeus.

## *Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação* Teresa Ribeiro

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
Augusto Santos Silva

[Comissário Europeu](#)  
Carlos Moedas

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
Teresa Ribeiro

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
Mariana Abrantes de Sousa

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
Ana Paula Laborinho

[Presidente da APPICAPS](#)  
Manuel Carlos

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
Ana Martinho

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### Oportunidades para Portugal: políticas e económicas



## Diversidade projetos Cooperação

	Instrumentos multilaterais		Tradicional	
	Fundos Desenvolvimento UE e IFIs	Cooperação Delegada UE	Cooperação bilateral direta	Cooperação bilateral - Linhas cofinanciamento
Iniciativa	IFI's, UE, Países beneficiários	UE, Países beneficiários	Camões IP, Países beneficiários	ONGD's
Financiamento e garantias	IFI's, UE, Banca local, Banca nacional, SOFID	UE, Camões IP	Camões IP, Ministérios setoriais	Camões IP, UE, outras fontes
Seleção e lead candidatura	SOFID, Empresas nacionais	Camões IP, Agências homólogas	Camões IP, Ministérios setoriais (coordenação SP-CIC)	Camões IP
Execução	Empresas nacionais	Camões IP, Ministérios setoriais	ONGD's nacionais, Camões IP, Ministérios setoriais	ONGD's nacionais
Aquisição bens e serviços	ONGD's e Empresas nacionais	ONGD's e Empresas nacionais	ONGD's e Empresas nacionais	ONGD's e Empresas nacionais

## Parceiros

União Europeia      Agências Cooperação e IFDs homólogas

Países beneficiários  
(em particular PALOP's+TL, África Ocidental, Mediterrâneo Sul, América Latina)

Instituições Financeiras Internacionais

Empresas nacionais

Banca Nacional

Ministérios setoriais

Agências Nações Unidas

ONGD's nacionais



Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

## O Papel do MNE

1. Influenciar a montagem  
dos mecanismos de  
financiamento IFI's e UE

Representação nas IFI's  
Postos multilaterais  
DG's, Camões IP, SOFID

2. Identificar e influenciar na sua  
gênese projetos na UE, nas IFI's e  
junto países beneficiários

Embaixadas  
Representação nas IFI's  
Postos multilaterais  
Camões IP, SOFID, AICEP

3. Montar e promover  
candidaturas

Embaixadas  
Postos multilaterais  
Camões IP, SOFID, AICEP

4. Acompanhar execução  
e avaliação projetos

Embaixadas  
Camões IP, SOFID



[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

## *Presidente da Comissão Executiva da SOFID*

Mariana Abrantes de Sousa

### Financiamento ao desenvolvimento



#### Financiamento ao Desenvolvimento

Mariana Abrantes de Sousa  
Seminário Diplomático  
Lisboa, 5 de Janeiro de 2017



Índice

- O que é a SOFID
- O que faz a SOFID
- Reposicionamento estratégico da SOFID
- Articulação da SOFID com a rede diplomática e de cooperação



Índice

- O que é a SOFID
- O que faz a SOFID
- Reposicionamento estratégico da SOFID
- Articulação da SOFID com a rede diplomática e de cooperação



Índice

- O que é a SOFID
- O que faz a SOFID
- Reposicionamento estratégico da SOFID
- Articulação da SOFID com a rede diplomática e de cooperação

Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

**SOFID** O que é a SOFID  
Rede EDFI (European Development  
Finance Institutions)

**SOFID** O que é a SOFID  
Rede EDFI (European Development  
Finance Institutions)

<b>bio</b> - BIO - Belgian Investment Company for Developing Countries (Belgia)	<b>Nordfund</b> - Nordfund - Norwegian Investment Fund for Developing Countries (Noruega)
<b>CDC</b> - CDC Group plc (Reino Unido)	<b>QeEB</b> - QeEB - The Development Bank of Austria
<b>COFIDES</b> - Compañía Española de Financiación de Desarrollo (Espanha)	<b>PROPARCO</b> - (França)
<b>DEG</b> - DEG - Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH (Alemanha)	<b>SBI-IMI</b> - Belgian Corporation for International Investment (Belgia)
<b>FINNFUND</b> - Finnish Fund for Industrial Cooperation Ltd (Finlândia)	<b>SIFEM</b> - Swiss Investment Fund for Emerging Markets (Suíça)
<b>FMO</b> - FMO - Netherlands Development Finance Company (Holanda)	<b>SIMEST</b> - Società Italiana per le Imprese all'Estero (Itália)
<b>EDFI</b> - The Industrialisation Fund for Developing Countries (Dinamarca)	<b>SWEDFUND</b> - SwedFund International AB (Suécia)

**SOFID** O que faz a SOFID

- Apoiar a política portuguesa de cooperação
- Promover o crescimento económico e a dinamização do setor privado em países emergentes e em desenvolvimento
- Apoiar e internacionalização de empresas no investimento direto em países emergentes e em desenvolvimento
- Oferta de produtos e serviços:
  - Concessão de crédito de médio e longo prazo na forma de empréstimos e de garantias de pagamento
  - Participações em capital
  - Cofinanciamento e mobilização de recursos adicionais, internacionais e locais
  - Prestação de serviços de consultoria em matéria de investimento em países emergentes e em desenvolvimento, na preparação de projetos e de acesso a outras fontes de financiamento
- Gestão de fundos externos (ex. Investimoz)

**SOFID** Gestão de fundos e acesso a fundos externos

- Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique
  - Fundo gerido pela SOFID
  - Operacional desde 2011
  - Capital de EUR 94 milhões
  - Projetos apoiados (até 2015) com envolvimento de EUR 1,32 milhões que permitiram um investimento de EUR 9,17 milhões
- Outros fundos
  - AfIF - Africa Investment Facility
  - NIF - Neighborhood Investment Facility
  - LAIF - Latin American Investment Facility
  - ...
  - FEDS – Fundo Europeu Desenvolvimento Sustentável

Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva
Comissário Europeu Carlos Moedas
Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Teresa Ribeiro
Presidente da Comissão Executiva da SOFID Mariana Abrantes de Sousa
Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Ana Paula Laborinho
Presidente da APPICAPS Manuel Carlos
Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Ana Martinho
Programa Anotado
Notas Biográficas dos Oradores



**SOFID** Reposicionamento estratégico

**Mais ambição**

**Mais impacto**

- 
- SOFID** Reposicionamento estratégico em curso: Mais ambição. Mais impacto
- Mobilizar e gerir **recursos** em regime de cofinanciamento (blending), incluindo
    - União Europeia
    - Instituições Financeiras Multilaterais e fundos dedicados
    - Canalizar apoios para otimizar a gestão de riscos e viabilizar projetos
  - Aproveitar conhecimento dos canais diplomáticos sobre os mercados locais
  - Intervir em todas as fases do projeto com novos produtos e serviços
    - Reforço na identificação e **preparação** de projetos locais
    - Consultoria financeira e gestão de transações em cofinanciamento
    - Formação financeira de empresas promotoras e de parceiros locais
    - Consultoria em **desenvolvimento institucional** local e governação como requisitos de financiamento de projetos (em articulação com Camões IP)
  - Manter enfoque no projeto e no financiamento por resultados, viabilidade e impacto, alargando o leque de projetos apoiados
    - PPP e concessões de serviços públicos e infraestrutura
    - Projetos de maior dimensão

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

**SOFID** Reposicionamento estratégico em curso: *Blending*

Blending consiste em combinar diversas fontes e formas de financiamento no mesmo projeto

- o Fundos (europeus) não-reembolsáveis (grants)
- o Empréstimos
- o Capital de risco
- o Garantias parciais

Os subsídios devem ser quantificados e contratualizados de forma a atrair e alavancar fundos de outras fontes e assegurar os resultados desejados. Todos os parceiros devem contribuir a sua parte



**SOFID** Instrumentos de Preparação de Projetos  
PPF's – Project Preparation Facilities

Africa Infrastructure Prep.	Global Infrastructure Prep.	Africa Tech Assistance	Global Tech Assistance
Comesa PFIU	AFI-TAF	EU-ATP	ESVAF
DBSA-ES PDPF	PPAF	ASIP	PDP-TAF
ECOWAS PFDU	InfraVenture	SEN Sustain Energy Africa	
NEPAD PPP, NEPAD PPFs	PDP-DEVCO		
SADC PFDU	BB ACP Water PPF		
PDP-InfraCo Africa	USTDA ACEP		
USAID AIP	Climate Investor One DO		
BestPr. RSCF	Climate Tech CTI PFIU		
STAP-SuN REnergy Fin	ICF Fundo Verde do Clima		
SEP Energy & Environment Southern and East Africa	Seed Capital Assistance SCAP I		
Africa Renewables AEP PPF			

Fonte: (data source) - CA 2012 e atual

**SOFID** Princípios e critérios

- Orientação para o Desenvolvimento Sustentável
  - o Relevância considerando necessidades locais, adicionalidade
  - o Eficiência, alavancagem de recursos e resultados, efeito multiplicador
  - o Eficiência e gestão
  - o Impacto e contribuição direta e indireta para o desenvolvimento e erradicação da pobreza
  - o Sustentabilidade económica, social e ambiental (ESG)
- Projetos privados viáveis
  - o Idoneidade, capacidade financeira e experiência local dos promotores
  - o Viabilidade económico-financeira dos projetos, impacto em termos de credimento económico e redução da pobreza
  - o Contributo para a internacionalização da economia
  - o Projetos replicáveis
  - o Interesse português

<a href="#">Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva</a>
<a href="#">Comissário Europeu Carlos Moedas</a>
<a href="#">Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Teresa Ribeiro</a>
<a href="#">Presidente da Comissão Executiva da SOFID Mariana Abrantes de Sousa</a>
<a href="#">Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Ana Paula Laborinho</a>
<a href="#">Presidente da APPICAPS Manuel Carlos</a>
<a href="#">Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Ana Martinho</a>
<a href="#">Programa Anotado</a>
<a href="#">Notas Biográficas dos Oradores</a>

**SOFID** Contactos

- Conselho de Administração
  - o António Rebelo de Sousa (Presidente)
  - o Abel Cubal de Almeida
  - o Carlos Ribeiro
  - o Mariana Abrantes de Sousa
  - o Pedro Cudell
- Comissão Executiva
  - o Mariana Abrantes de Sousa (Presidente indigitada): [mariana.abrantes@sofid.pt](mailto:mariana.abrantes@sofid.pt)
  - o Abel Cubal de Almeida: [cubal@sofid.pt](mailto:cubal@sofid.pt)
  - o Carlos Ribeiro: [carlos.ribeiro@sofid.pt](mailto:carlos.ribeiro@sofid.pt)
- Geral SOFID
  - o Telefone: (351) 213 137 760
  - o E-mail: [soc@socid.pt](mailto:soc@socid.pt)
  - o [www.sofid.pt](http://www.sofid.pt)

*Obrigada!*

## *Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua* Ana Paula Laborinho

### **Apresentação do plano de acção para 2017 do Camões, IP, na área da cooperação**

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
Augusto Santos Silva

[Comissário Europeu](#)  
Carlos Moedas

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
Teresa Ribeiro

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
Mariana Abrantes de Sousa

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
Ana Paula Laborinho

[Presidente da APPICAPS](#)  
Manuel Carlos

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
Ana Martinho

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



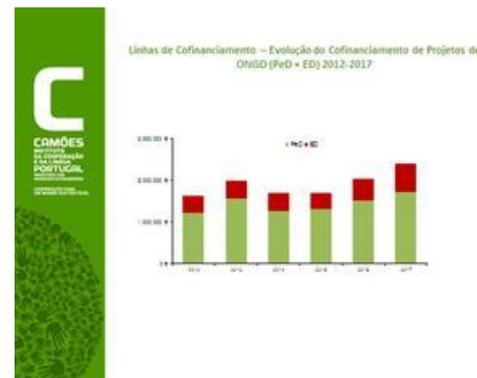
- [Ministro dos Negócios Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)
- [Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)
- [Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)
- [Presidente da Comissão Executiva da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)
- [Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)
- [Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)
- [Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)
- [Programa Anotado](#)
- [Notas Biográficas dos Oradores](#)

**COOPERAÇÃO 2016**  
Dez Resultados

- GESTÃO DE PROJETOS**
  - Manual Único de Gestão de Projetos
- RECURSOS**
  - Mais Recursos Humanos
  - Aposta na Formação e Valorização
- BOLSAS**
  - Reforço do contingente de bolsas
- REPORTE DA APD**
  - Sistema de Informação Integrada de Cooperação Portuguesa (SIICP)
- MULTILATERAL**
  - Programação Conjunta
  - Relações UE-ACP pós-2020
  - Fundos Fiduciários
  - Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável (FEDS)
  - Cooperação Triangular
  - YOSSE
- AJUDA HUMANITÁRIA**
  - 2ª Cimeira Humanitária Mundial
  - Estratégia Operacional de Ação Humanitária de Emergência

**PRIORIDADES 2017**

- IMPLEMENTAÇÃO**
  - PEC
  - MdE (Triangular e Trilateral)
  - Novo Programa de Bolsas
  - Cooperação Delegada
- AUTONOMIA DESCENTRALIZAÇÃO**
  - EMBAIXADAS
  - SETORIAIS
  - SOCIEDADE CIVIL
- ARTICULAÇÃO**



**COOPERAÇÃO COM UE**

Contributo Cooperação Delegada em curso administrado pelo	Cofin. UE		Cofin. CES
	Total	Total	
MIR – Apoio Financeiro Interativo (104 FED)	6.580.000 €	1.300.000 €	
ACTIVE – Desenvolvimento Rural (08 104 FED)	3.900.000 €	580.000 €	
RDP IV – Desenvolvimento Rural (104 FED)	9.200.850 €	0,00 €	
Programa de Justiça (104 FED)	4.800.000 €	80.000 €	
Programa de Comunicação Social (104 FED)	1.400.148 €	0,00 €	
RISC – Interações Climáticas (104 FED)	1.800.000 €	108.810 €	
RSP – e-Gov/ RLOP – (104 FED)	4.800.000 €	1.000.000 €	
RICED – Sistema Direto/RLOP – (104 FED)	8.800.000 €	1.400.000 €	
<b>Total</b>	<b>32.732.999 €</b>	<b>4.808.810 €</b>	

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### COOPERAÇÃO COM UE

Contratos de Cooperação Delegada e administrados pelo Camões em 2017

Título	Spote Fin.	Total EUR
PRMO – Gestão das Franjas Públicas / TL	114 MED/TL	14.000.000
REYOP – Formação Profissional / AD	114 MED/AD	13.400.000
PREMNI – Realidade, Segurança Alimentar e Nutricional / AD	114 MED/AD	48.900.000
		76.300.000

Participação do Camões I.P. em Comissões

Título	Períodos	Total EUR
AT de Apoio Diálogo Setorial UE/Estrais	OSD e 11/12	3.400.000

### COOPERAÇÃO COM UE

Projetos de Cooperação Delegada/ outras modalidades - concluídos ou em negociação

Título	Fundo Fin.	Estado	Total EUR*
Indústrias Orientadas / RALOP / TL	114 MED/ PR	Finalizado	18.000.000
Drone Superior / Angola	114 MED	Em discussão	11.000.000
Guine Segura/ Guine-Bissau	114 MED	Finalizado	1.700.000
Reforço do Sistema de Saúde/Guine-Bissau	114 MED	Em negociação	3.000.000
Franjas Agrícolas / São Tomé e Príncipe	114 MED	Finalizado	6.700.000
Segurança Marítima / CECAD/1/ Golfo da Guiné	114 MED/ PR	Finalizado componente de SIVK	29.000.000
El Pacto – Estado Oit. e Segurança/ América Latina	DC	Em negociação com P. 23 e PR	20.000.000
Justiça Transicional/ Colômbia	DC	Constituída em discussão com EI	9.000.000
GAR-G - intervenção rápida e logística/ Sahe	Fundo Fidu. Emergência África	Em negociação África	40.900.000
			128.900.000

\*valor total em euros



Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

## Presidente da APPICAPS

Manuel Carlos

### Apresentação da APPICAPS (Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos)



#### Seminário Diplomático 2017

Contributo para um debate

Manuel Carlos  
8 de Janeiro de 2017  
LISBOA, PORTUGAL

#### A Produção de Calçado no mundo 1985 - 2015



Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

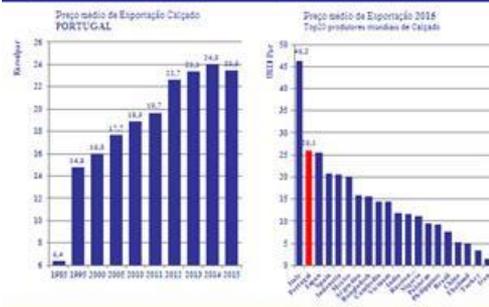
Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

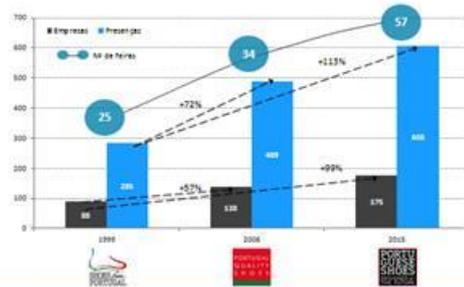
### Preço médio de Exportação de Calçado - 2015



### Evolução da produção (pares) de calçado na Europa | 1985-2015



### Processo de Internacionalização do Calçado



### Campanha Integrada 'Portuguese Shoes'



[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

**Campanha Integrada 'Portuguese Shoes'**



**Campanha Integrada 'Portuguese Shoes'**



**Footore 4.0 – Roteiro para a Economia Digital - 2020**



Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

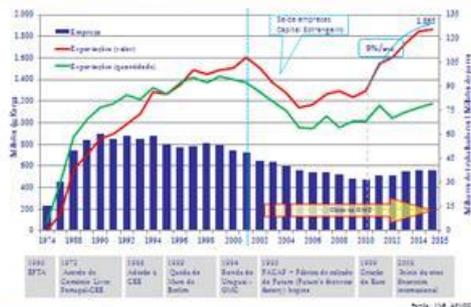
Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

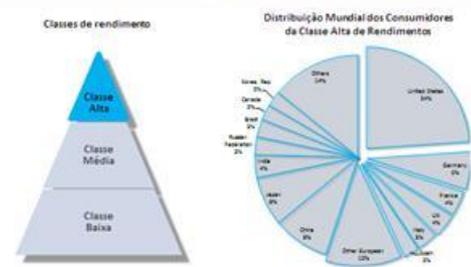
Notas Biográficas dos Oradores

### Exportações e Emprego – Indústria Portuguesa de Calçado



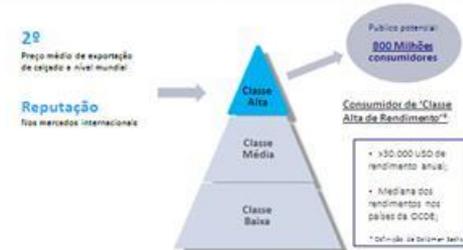
11

### O Mercado Potencial do Calçado



13

### O Mercado Potencial do Calçado



12

### Consumidores de Classe Alta | Distribuição mundial



14

Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

### Consumidores de Classe Alta | Distribuição mundial



\* Base geográfica: Europa. \*\* Base geográfica: América do Norte. \*\*\* Base geográfica: América do Sul. \*\*\*\* Base geográfica: África. \*\*\*\*\* Base geográfica: Oceania. Fonte: Relatório de Investimentos da OCDE, 2016.

15

### Diversificação de mercados de destino

País dos mercados de UE-28	Variação								
	1995	2010	2014	2015	2016 (est.)	1995/10	2010/15	2014/15	2016/2015 (est.)
China	34%	80%	37%	35%	37%	+ 2pp	+ 3pp	- 1pp	+ 2pp
Portugal	32%	75%	71%	75%	76%	+ 7pp	+ 3pp	+ 2pp	+ 3pp

País de onde partem as exportações Portuguesas	Portugal		Califónia	
	1995	2015	1995	2015
Bélgica	14,7%	22,3%	40,3	32,4%
Áustria	11,8%	11,8%	18,3	18,4%
Países Baixos	14,2%	11,1%	14,3	11,2%
Reino Unido	11,2%	6,7%	14,3	7,2%
Holanda	9,5%	4,2%	13,3	14,2%
Irlanda	1,8%	4,2%	12,7	1,8%
Itália	9,2%	3,3%	10,2	1,1%
Suécia	4,8%	3,2%	10,4	3,8%

Fonte: Bureau of Economic Analysis

17

### Consumidores de Classe Alta | Distribuição mundial



\* Base geográfica: Europa. \*\* Base geográfica: América do Norte. \*\*\* Base geográfica: América do Sul. \*\*\*\* Base geográfica: África. \*\*\*\*\* Base geográfica: Oceania. Fonte: Relatório de Investimentos da OCDE, 2016.

16

### Variação do peso dos Mercados Extra nas exportações de alguns países da UE - 2000-2015 - Bens

	Variação em Pontos Percentuais									
	AUSTRIA	BELGIUM	FRANCE	GERMANY	IRELAND	ITALY	NETHERLANDS	PORTUGAL	SPAIN	EU28
CHINA	1,4	1,2	0,0	4,4	1,1	1,6	1,4	1,0	1,1	0,7
RUSSIAN FEDERATION	0,9	0,4	0,5	0,7	0,1	0,8	0,2	0,3	0,2	0,5
INDIA	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3
BRAZIL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total BRIC	0,7	0,4	0,2	0,6	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
UNITED STATES	1,3	0,2	-0,4	-0,8	-1,1	-0,3	-0,7	-0,6	-0,4	-0,1
TURKEY	0,4	0,3	0,4	0,5	0,1	0,6	0,0	0,3	0,3	0,4
UNITED ARAB EMIRATES	0,4	0,7	0,2	0,6	0,1	0,8	0,0	0,3	0,4	0,5
INDONESIA	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Other Extra	0,7	0,4	0,3	0,7	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3
Total Extra	5,8	3,0	0,3	7,0	11,7	7,0	0,7	0,3	7,9	5,1

Fonte: Bureau of Economic Analysis

18

Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

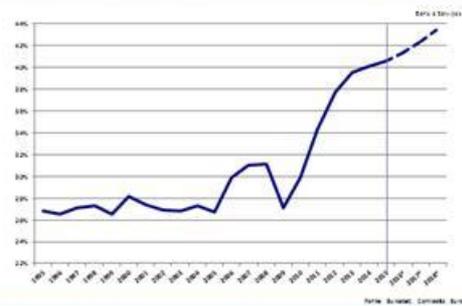
Presidente da APICCAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

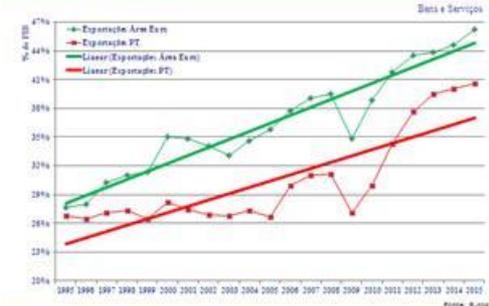
### Peso das Exportações Portuguesas no PIB - Portugal



Fonte: Eurostat, Comissão Europeia

19

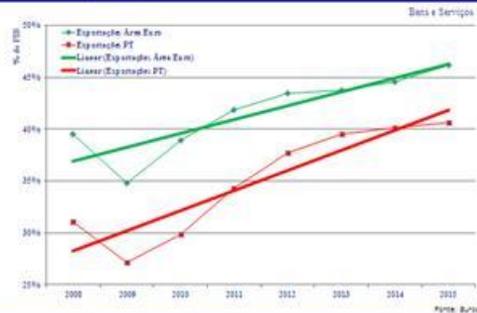
### Peso das Exportações no PIB



Fonte: Eurostat

20

### Peso das Exportações no PIB



Fonte: Eurostat

21

**iD**  
INSTITUTO  
DIPLOMÁTICO

**APICCAPS**

### Seminário Diplomático 2017

Contributo para um debate

Manuel Carlos  
8 de janeiro de 2017  
Viana do Castelo

## *Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros*

*Ana Martinho*

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

### **Sessão de Encerramento**

Chegamos ao final do nosso seminário diplomático de 2017. Felicito o Embaixador Freitas Ferraz e na sua pessoa o IDI e sua equipa. Cumprimento o Embaixador Almeida Lima e por seu intermédio todo o Protocolo. Quero também expressar aqui ainda o reconhecimento devido à AICEP, parte integrante do trabalho que aqui é feito, e ao Dr. Miguel Frasquilho, saudando uma vez mais a nossa colaboração. Uma palavra especial à Prof. Ana Paula Laborinho e ao Instituto Camões, pelo contacto e trabalho diário indispensável e gratificante.

Gostaria em primeiro lugar de assinalar a eleição do Eng. António Guterres como SG das Nações Unidas. Muito nos enaltece e orgulha que tenha sido considerado pela Comunidade Internacional o melhor para ocupar essas funções. Muito me orgulha o contributo que a diplomacia portuguesa com êxito prestou ao país e ao mundo. Deixo uma palavra de profundo apreço a todos os que, direta e indiretamente, estiveram envolvidos nesta eleição histórica.

O Senhor Ministro traçou-nos as linhas gerais orientadoras da nossa política externa para o ano que agora se inicia. Fez o balanço de um 2016 intenso e bem cumprido e lançou as avenidas que devemos percorrer em 2017. Falou dos objectivos, dos meios ambiciosos para os alcançar, das dificuldades com que teremos de contar e, como aqui reiterou, do apoio que encontraremos para fazer face às limitações que a exigência orçamental nos obriga a ter presente.

São grandes os desafios que nos esperam. Cabe-nos encará-los com realismo, empenho e o profissionalismo que é próprio desta casa.

O orçamento para 2017 mantém intactas as nossas propostas e o compromisso de dar ao Ministério os meios necessários em matéria de recursos humanos e financeiros, apesar da marca de contenção que necessariamente caracteriza a despesa do Estado.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

O orçamento global consolidado do MNE para 2017 é de 352,8 M€, dos quais 288.4M€ financiados através das receitas gerais do OE, 53,7M€ através de receitas próprias (incluindo 44M€ do FRI) e 10,7 M€ referentes a financiamento comunitário.

Em termos globais é nesse quadro que procuraremos prosseguir um conjunto de acções que vão ao encontro dos eixos prioritários, que em 2017, terão de novo o seu enfoque no Reforço da acção externa integrada do Estado no seu leque mais abrangente, da sua Rede, de apoio às Comunidades Portuguesas, à língua, à cultura, à internacionalização da economia e da ciência.

Destacaria dois vetores:

O primeiro:

O principal recurso do ministério – o seu capital humano - tem sido a todos os níveis extraordinariamente pressionado. Nesta matéria, a execução de 2017 deverá dar prioridade aos recrutamentos com carácter permanente, tanto no quadro externo como interno, que estão bem identificados e foram devidamente orçamentados. É certo que o serviço consular tem nesta área sofrido o mais duro impacto. É igualmente certo que todos os serviços estão interligados - e sabemos bem quais os pontos nevrálgicos nos quais se apoia um eficaz e equilibrado funcionamento do Ministério.

O reforço do pessoal do MNE visa conter a perda de recursos humanos - por todos sentida - que vem ocorrendo desde 2011, e sobretudo inverter essa tendência negativa. De então para cá verificou-se uma redução de mais de 20% nos nossos recursos, com particular impacto nos serviços externos. Espera-se que em 2017 se dê início a uma tão premente viragem.

O diagnóstico está feito e os meios estão no orçamento para 2017. Concretizá-los é pois da maior urgência. Uma primeira iniciativa foi já tomada tendo sido já sido pedida autorização ao Ministério das Finanças para abertura de concursos para contratação por tempo indeterminado de 57 assistentes técnicos. Estes recrutamentos destinam-se a substituir e a colmatar falhas de trabalhadores que, no essencial, ou se aposentaram ou optaram por rescindir a sua relação com o MNE, por razões de natureza vária e que originaram em muitos postos, como sabemos, carências graves de recursos humanos.

Num outro plano, está já em preparação a abertura de um concurso para 30 adidos que reforçarão e refrescarão o nosso serviço diplomático e consular.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Está também a ser lançada uma segunda edição para 85 estágios PEPAC, uma experiência inovadora e enriquecedora do ponto de vista da diversidade dos nossos recursos, que traz jovens qualificados para a orbita do Ministério, dando-lhes uma formação com a exigência dos serviços externos e que creio foi muito bem-sucedida no ano passado.

Aliás, será bom termos presente que o Ministério tem assistido a alterações do seu modelo de funcionamento nos últimos anos e que tal processo deverá ser continuado no futuro.

Creio que alguns destes modelos são algo em que nos devemos concentrar, criando alternativas que substituam um sistema ultrapassado e usando novas formas de colaboração para designadamente suprir no futuro as falhas graves de recursos humanos.

Procurando a especialidade qualificada de alguns serviços e recorrendo a soluções adaptadas, necessariamente credenciadas, a exemplo do que já se faz no atendimento consular, devemos olhar para estes modelos com uma perspectiva de modernização, como fórmulas estabilizadoras. Nisso trabalharemos, cientes das necessidades a este respeito, tanto na área consular como noutras do serviço externo.

O segundo aspecto que gostaria de frisar, e que resulta de mais um esforço positivo que fica contemplado no orçamento, diz respeito ao seguinte:

O ministério tem feito investimentos significativos e fundamentais na modernização, em particular ao nível tecnológico e informático. A aprovação da candidatura ao Sama 2020 (Sistema de Apoio à modernização e capacitação da Administração Pública (FEDER/FSE) identificado como PICMNE (Plataforma de Interoperabilidade e Comunicação do MNE ) é a aposta que estamos a cumprir:

A executar até ao final de 2017, significará reformular, modernizar e criar novas funcionalidades. Pretende-se estabelecer uma plataforma agregadora onde constarão os eixos da gestão integrada da presença do MNE na internet, incluindo as áreas relevantes, como elementos cooperando num mesmo sistema de informação e capacitação do Ministério.

Uma palavra sobre o MNE Digital cuja importância o Sr. Ministro já sinalizou. Trata-se de um projecto de comunicação e imagem de cariz multidisciplinar que utiliza a internet e a intranet para uma comunicação e imagem integrada do Ministério na Web. Este projecto recria, organiza e amplifica a nossa presença e marca digital, criando um portal do MNE e promovendo a sua interoperabilidade.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

Paralelamente está em curso a operacionalização de uma nova versão do sistema de gestão documental, juntamente com a aplicação do novo plano de classificação do MNE. Em causa está, não só a preservação da nossa memória, como também a capacidade de arquivar e manter a documentação, quantas vezes prova da fiabilidade dos actos públicos, da transparência e responsabilização de uma moderna e interoperativa administração pública.

Estes são, por natureza, projectos lentos e morosos, em que a mudança nos desafia, mas estou certa que terão um impacto estruturante e um potencial determinante para que o Ministério acompanhe a revolução tecnológica e esteja bem integrado na era digital.

É um exercício acelerador do futuro, que exige um esforço intenso de todos. Requer consciencialização e empenho, em particular dos Chefes de Posto e dos Serviços externos que os deverão desenvolver. São aspectos nucleares para o presente e o futuro. O Ministério tem de dar este salto qualitativo acompanhando o que é feito na Administração Pública em geral, e porque não assumindo alguma liderança, sempre tendo em conta a especificidade do serviço diplomático e consular.

Tendo-vos mencionado brevemente estes dois aspetos que nos guiarão em 2017, permitam-me agora que me dedique um pouco à carreira diplomática: No Plano Anual de Gestão para 2017, aprovado pelo Sr. Ministro e tornado publico na Intranet, está registado o balanço de 2016 e são delineadas as perspectivas para 2017. Em detalhe se referem os aspectos de evolução específicos da carreira incluindo os que se relacionam com o Serviço Europeu de Ação Externa.

A dinâmica em termos do ingresso e progressão na carreira diplomática deve ser assegurada e sustentada anualmente e por isso me tenho sempre batido.

Deve manter-se uma abordagem aberta e um olhar atento e actual que possa definir e analisar áreas de intervenção para que designadamente o nosso Estatuto acompanhe a evolução no presente e no futuro. Saúde aqui o facto do nosso primeiro ECD ter celebrado 180 anos em novembro de 2016, marca de longevidade do nosso serviço diplomático!

Em 2017 procuraremos assegurar a rotação diplomática desejável com a abertura do movimento dentro dos prazos legais. Queremos também assegurar a progressão na carreira continuando o indispensável processo de promoções em todas as categorias e assegurando o ritmo de renovação com mérito que uma carreira competitiva e exigente nos impõe.

Cabe ainda referir, sabendo que estamos todos de acordo, que todas as carreiras no MNE, não só a diplomática, mas também a Técnica Superior e a Administrativa têm sido objecto de particular atenção e cuidado em termos de perspectiva de progressão e condições de trabalho.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

As bases para valorização da carreira Técnica Superior, designadamente através da criação de uma carreira especial do MNE mantêm-se como um objectivo importante a atingir e nisso continuaremos a trabalhar.

Para concluir gostava de vos deixar um apelo e uma mensagem de confiança: o caminho modernizador e de mudança é um caminho estreito mas é o caminho que nos levará de forma segura ao futuro que desejamos para o país, para a nossa casa e para a nossa diplomacia. Se nos conseguirmos modernizar e ao mesmo tempo recuperar os meios de que necessitamos poderemos encarar de forma positiva o futuro da nossa diplomacia.

A todos agradeço o vosso esforço e compreensão e desejo um excelente 2017!

## Programa Anotado

### QUARTA-FEIRA, DIA 4 DE JANEIRO – AUDITÓRIO DO MUSEU DO ORIENTE

08h00	Recepção dos Participantes
09h00-10h30	<b>SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA</b> <i>Boas Vindas</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino</li> <li>– Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva</li> <li>– Orador Convidado, Carlos Moedas</li> </ul>
10h30	<b>Coffee Break</b>
11h00-13h00	<b>SESSÃO DE TRABALHO</b> <i>“O papel de Portugal no Mundo “</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva</li> <li>– Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques</li> <li>– Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro</li> <li>– Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Luís Carneiro</li> <li>– Secretário de Estado da Internacionalização, Jorge Oliveira</li> </ul>
13h00	<b>Almoço oferecido pelo Primeiro Ministro (por Convite) – Palácio das Necessidade</b>
15h00-16h30	<b>PAINEL TEMÁTICO (em Inglês)</b> <i>“Tecnologia e Inovação “</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Moderador: Secretário de Estado da Internacionalização, Jorge Oliveira</li> <li>– Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor</li> <li>– Directora Geral da <i>Web Summit</i>, Sarah Mortell</li> </ul>
16h30	<b>Coffee Break</b>
17h00	<b>IV EDIÇÃO DA ENTREGA DO PRÉMIO FRANCISCO DE MELO TORRES</b> <i>“Diplomata do Ano”</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Júri: António Monteiro, Bruno Bobone, Paulo Portas, Miguel Horta e Costa</li> </ul>
18h30	<b>Cumprimentos a S. Ex<sup>a</sup> O Presidente da República, em Belém</b>

Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva

Comissário Europeu  
Carlos Moedas

Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro

Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa

Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho

Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos

Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho

Programa Anotado

Notas Biográficas dos Oradores

<a href="#">Ministro dos Negócios Estrangeiros</a> <a href="#">Augusto Santos Silva</a>
<a href="#">Comissário Europeu</a> <a href="#">Carlos Moedas</a>
<a href="#">Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação</a> <a href="#">Teresa Ribeiro</a>
<a href="#">Presidente da Comissão Executiva da SOFID</a> <a href="#">Mariana Abrantes de Sousa</a>
<a href="#">Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua</a> <a href="#">Ana Paula Laborinho</a>
<a href="#">Presidente da APICCAPS</a> <a href="#">Manuel Carlos</a>
<a href="#">Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros</a> <a href="#">Ana Martinho</a>
<a href="#">Programa Anotado</a>
<a href="#">Notas Biográficas dos Oradores</a>

<b>QUINTA-FEIRA, DIA 5 DE JANEIRO – AUDITÓRIO DO MUSEU DO ORIENTE</b>	
09h00-11h00	<p><b>GRUPOS REGIONAIS</b>  <i>“Acção Externa Integrada”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Grupo ÁFRICA</b> (Sala Tóquio) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teresa Ribeiro, Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação</li> <li>▪ Rita Araújo, Directora de Pequenas e Médias Empresas da AICEP</li> </ul> </li> <li>➤ <b>Grupo AMÉRICA</b> (Sala Díli) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ José Luís Carneiro, Secretário de Estado das Comunidades</li> <li>▪ Maria João Veiga Gomes, Directora de Relações Institucionais e Mercados Externos da AICEP</li> </ul> </li> <li>➤ <b>Grupo ÁSIA</b> (Sala Goa) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Jorge Oliveira, Secretário de Estado da Internacionalização</li> <li>▪ Luís Castro Henriques, Conselho de Administração da AICEP</li> </ul> </li> <li>➤ <b>Grupo EUROPA</b> (Sala Nova Deli) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Margarida Marques, Secretária de Estado dos Assuntos Europeus</li> <li>▪ José Vital Morgado, Conselho de Administração da AICEP</li> </ul> </li> <li>➤ <b>Grupo MENA</b> (Sala Macau) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Francisco Duarte Lopes, DGPE</li> <li>▪ Helena Malcata Conselho de Administração da AICEP</li> </ul> </li> </ul>
11h00	<b>Coffee Break</b>
11h30-13h00	<p><b>PAINEL TEMÁTICO</b>  <i>“Cooperação nos dias de hoje - desafios e tendências “</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Teresa Ribeiro – Apresentação do novo modelo da cooperação portuguesa</li> <li>– Director do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE, Jorge Moreira da Silva</li> <li>– Presidente da Comissão Executiva da SOFID, Mariana Abrantes de Sousa - Apresentação do plano de acção da SOFID para 2017</li> <li>– Presidente do Camões, Ana Paula Laborinho - Apresentação do plano de acção para 2017 do Camões, IP, na área da cooperação</li> </ul>
13h00	<p><b>APRESENTAÇÃO DA APICCAPS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Director Geral da APICCAPS, Manuel Carlos</li> </ul>
13h20	<b>Almoço de trabalho oferecido pela APICCAPS (por Convite) – Salão Macau</b>

<a href="#">Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva</a>
<a href="#">Comissário Europeu Carlos Moedas</a>
<a href="#">Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Teresa Ribeiro</a>
<a href="#">Presidente da Comissão Executiva da SOFID Mariana Abrantes de Sousa</a>
<a href="#">Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Ana Paula Laborinho</a>
<a href="#">Presidente da APPICAPS Manuel Carlos</a>
<a href="#">Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros Ana Martinho</a>
<a href="#">Programa Anotado</a>
<a href="#">Notas Biográficas dos Oradores</a>

---

15h30	<b>APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACÇÃO CULTURAL EXTERNA</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva</li><li>– Ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes</li></ul>
18h00	<b>INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Presidente da AICEP, Miguel Frasquilho</li><li>– Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ana Martinh</li></ul>
18h00	<b>INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO</b> <ul style="list-style-type: none"><li>– Presidente da AICEP, Miguel Frasquilho</li><li>– Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ana Martinh</li></ul>
19h00	<b>Cumprimentos a S. Ex<sup>a</sup> O Presidente da Assembleia da República, em S. Bento</b>

---

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)

## Notas Biográficas dos Oradores



### ANA MARTINHO

Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde Março de 2013. Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1970; aprovada no concurso de admissão aos lugares de adidos de embaixada (1974); na Missão Permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque (1979); primeira-secretária de embaixada (1984); assessora no Gabinete do Primeiro-Ministro (1986); conselheira de embaixada (1990); Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças (1991); Directora dos Serviços das Organizações Políticas Internacionais da Direcção Geral dos Assuntos Multilaterais (1994); ministra plenipotenciária e Subdirectora Geral dos Assuntos Comunitários (1995); Directora do Departamento Geral de Administração (1998); Directora Geral dos Assuntos Multilaterais (1999); Representante Permanente junto da OCDE, em Paris (2001); Embaixadora em Praga (2002). Membro do Gabinete do Presidente da Comissão Europeia (2005); Embaixadora (2005); Representante Permanente junto da OSCE, em Viena (2009) tendo sido acreditada, simultaneamente, como Embaixadora em Viena, em 2012.



### ANA PAULA LABORINHO

Nasceu em 26 de Abril de 1957, é professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É doutorada em Estudos Literários (2007) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde completou o bacharelato (1978) e a licenciatura (1981) em Filologia Românica (1978), e o mestrado em Literatura Francesa (1987). De 1976 a 1982, foi docente do ensino secundário. Desde 1982, é docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em 1988, foi requisitada à República pelo Governo de Macau para exercer funções no Instituto Cultural de Macau, onde coordenou os Leitorados de Português do Oriente; dirigiu o Departamento de Formação e Investigação e instalou os Serviços Culturais das Embaixadas de Portugal em Nova Deli, Bangucoque, Pequim, Seul e Tóquio. Em 1989, integrou a comissão instaladora do Instituto Português do Oriente (IPOR), instituição encarregada de promover a língua e a cultura portuguesas da Índia ao Japão. De 1989 a 1992, exerceu funções no Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, onde integrou a respectiva comissão directiva, coordenou a variante de Literatura do Mestrado em Estudos Luso-Asiáticos, leccionou cadeiras no âmbito do mesmo mestrado e do programa de licenciatura, assim como diversos níveis de Língua Portuguesa. Em 1995, foi requisitada à Faculdade de Letras de Lisboa para exercer funções como assessora do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura do Governo de Macau. De 1996 a 2002, exerceu funções como presidente da direcção do Instituto Português do Oriente (IPOR), tendo assegurado o período da transferência de administração de Macau de Portugal para a República Popular da China. Desde 2007, integra o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Lisboa, onde coordena a linha de investigação Orientalismo Português. Integrou diversas comissões pedagógicas do Departamento de Literatura da Faculdade de Letras, bem como a respectiva comissão executiva. De 2007 a 2008, integrou o grupo de trabalho, presidido pelo Prof. Doutor Carlos Reis, que elaborou o relatório «A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão». Em 2010, foi nomeada Presidente do Instituto Camões. Em 2012, foi nomeada Presidente do Conselho Directivo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., tendo sido responsável pelo processo de fusão do Instituto Camões e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



#### **ANTÓNIO COSTA**

Primeiro-Ministro. Nasceu em Lisboa, em 1961. É licenciado em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa e Pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa e Advogado. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa em 1982/1993. Foi Deputado à Assembleia da República em 1991/2004. Foi Vereador na Câmara Municipal de Loures em 1993/1995. Foi Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares do XIII Governo Constitucional, entre 1995 e 1997, e Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre Novembro de 1997 e Outubro de 1999. Foi Ministro da Justiça de Outubro de 1999 a Abril de 2002. Foi Presidente do Grupo Parlamentar do PS de Abril de 2002 a Março de 2004. Foi Deputado ao Parlamento Europeu de Junho de 2004 a Março de 2005 e Vice-Presidente do Parlamento Europeu. Foi Ministro de Estado e da Administração Interna no XVII Governo Constitucional de Março de 2005 a maio de 2007. Foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 1 de agosto de 2007 a 6 de Abril de 2015. Foi Membro do Comité das Regiões entre 2010 e 2015. Foi Presidente do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa de 4 Novembro de 2013 a 6 de Abril de 2015. É Secretário-Geral do Partido Socialista desde 22 de Novembro de 2014.



#### **ANTÓNIO MONTEIRO**

Presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, António Monteiro é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Exerce ainda as funções de Membro não executivo do Conselho de Administração da SOCO International, plc., Vogal do Conselho de Administração do Banco Sabadell, em representação do Banco Comercial Português e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Millennium BCP. Embaixador jubilado, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas no XVI Governo constitucional, entre 2004 e 2005.



#### **AUGUSTO SANTOS SILVA**

Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nasceu no Porto, em 1956. Doutoramento em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (1992). Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Membro do XVIII Governo Constitucional, como Ministro da Defesa Nacional (2009-2011). Membro do XVII Governo Constitucional, como Ministro dos Assuntos Parlamentares (2005-2009). Deputado à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral do Porto (em efectividade de funções entre 2002 e 2005 e em 2011, com funções suspensas por participação no Governo entre 2005 e 2011). Membro do XIV Governo Constitucional, primeiro como Secretário de Estado da Administração Educativa (1999-2000), depois como Ministro da Educação (2000-2001) e como ministro da Cultura (2001-2002). Pró-reitor da Universidade do Porto (1998-1999). Presidente do conselho científico da Faculdade de Economia do Porto (1998-1999). Filiado no Partido Socialista desde 1990, é actualmente membro da sua Comissão Política Nacional. Tem vários livros publicados, na área da sociologia e das ideias políticas.

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



**BRUNO BOBONE**

Actual Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Bruno Bobone é licenciado em Gestão pela Universidade Livre de Lisboa em 1984. É Presidente do Conselho de Administração do Grupo Pinto Basto, da Câmara de Comércio Internacional – Portugal, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar. Ocupa, ainda os cargos de Vice-Presidente da ASK Advisory Services Kapital e de Administrador da Sociedade Agrícola da Quinta de Fôja. Do seu percurso profissional, destacam-se os cargos ocupados enquanto Administrador da Aleluia – Cerâmica, Comércio e Indústria, Presidente Europeu da UNIAPAC – International Christian Union of Business Executives, Vice-Presidente da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, Presidente da Agepor – Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, Administrador da V.A. Grupo – Vista Alegre Participações e Administrador da Caima Cerâmica e Serviços.



**CARLOS MOEDAS**

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico em 1993. O último ano de seu percurso universitário foi feito na École Nationale des Ponts et Chaussées de Paris (1992/1993). Detém um MBA pela Universidade de Harvard (1998/2000). Começou a sua carreira no grupo Suez Lyonnaise des Eaux em França. Trabalhou vários anos na City, nomeadamente no banco de investimento Goldman Sachs. Em 2004 regressa a Portugal para exercer as funções de Administrador Delegado da Aguirre Newman em Portugal, pertencendo também à Comissão Executiva do Grupo Aguirre Newman em Espanha. Em 2008 criou a sua própria empresa de gestão de investimentos. Em 2011 tornou-se o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro do XIX Governo Constitucional com responsabilidade pela coordenação do Programa de Ajustamento. Em 2014, tornou-se membro da Comissão Europeia, como Comissário responsável pela Investigação, Ciência e Inovação.



**CARLOS MONJARDINO**

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Oriente desde 1988. Estudou em Londres, na London School of Foreign Trade e na University of London (“HND Business Studies”), e em Paris “Certificat de Technique Bancaire”. É também membro fundador e ex-Presidente do centro português de Fundações e do centro Europeu de Fundações, Bélgica. Actualmente ocupa cargos de administração em várias fundações, nomeadamente, Fundação Monjardino, Fundação Mário Soares, Fundação Stanley Ho, em Portugal, e Madariaga European Foundation, Bélgica. É igualmente Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Gestão. Da sua actividade profissional, destaca-se a longa carreira bancária, tendo ocupado vários cargos na administração de diversos bancos portugueses e europeus desde 1966. Entre outras actividades, foi ainda Presidente da Direcção da TVI – Televisão Independente (1996-97), Administrador da Petrogal (1995-98) e Presidente do Conselho de Administração da Generg, SGPS, SA – empresa de energias renováveis (2003-11). Na política, desempenhou funções de Secretário-Adjunto para a Economia, Finanças e Turismo, e de Governador Substituto do Governo de Macau (1986-87) e foi Presidente da Assembleia municipal de Cascais (1994-97).

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



**JORGE COSTA OLIVEIRA**

Secretário de Estado da Internacionalização. Jorge Costa Oliveira nasceu no Porto, em 1959. É Mestre em Direito (menção de jurídico-económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990); pós-graduado em Estudos Europeus - Diploma de Estudos Europeus - pela Faculdade de Direito da Universidade de Urbino, Itália (1989); licenciado em Direito (menção de jurídico-económicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1983). Foi consultor independente em questões respeitantes a Direito Comercial, Direito Internacional Económico, Direito Financeiro, Direito Fiscal Internacional, Direito do Turismo e do Jogo e

Arbitragem – entre Março de 2011 e 3 de Dezembro de 2015. Foi membro da Comissão do Jogo de Macau (órgão consultivo do Chefe do Executivo de Macau na definição das políticas públicas relativas ao sector do Jogo), com funções de coordenação dos trabalhos na área jurídica (2002-2010). Foi membro da Primeira Comissão da Região Administrativa Especial de Macau para o primeiro concurso público para atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar (2001-2002). Foi coordenador do Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional (GADI) do Governo de Macau (2000-2010). Foi coordenador do Gabinete para os Assuntos Legislativos (GAL) do Governo de Macau (1989-2000). Foi Advogado de empresa no IPE, Investimentos e Participações do Estado, S.A., operando nas áreas de Direito Comercial, de Direito Comunitário e do Direito do Mercado Financeiro (1985-1989). Foi Adjunto do Secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares do IX Governo Constitucional – entre 31 Janeiro de 1984 e 30 Junho de 1985. Foi Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1984-1989).



**JORGE MOREIRA DA SILVA**

Director of the Development Co-operation Directorate (DCD) effective from 1st November 2016. He has served as Visiting Full Professor at the Lisbon University and Chairman (2011-2013 and again since 2016) of the Lisbon-based independent think-tank Platform for a Sustainable Growth. From March 2010 to October 2016, he was the 1st Vice President of the Executive Board of Partido Social Democrata (PSD). He was Member of the Portuguese Parliament and Chairman of NATO Parliamentarian Delegation

(2015-2016). From 2013 to 2015, he was Portugal's Minister of Environment, Energy and Spatial Planning. Prior to this Ministerial position, Mr. Moreira da Silva served as Senior Financial Advisor and Programme Manager Climate Change at UNDP's Bureau for Development Policy (2009-2012); Senior Advisor to the President of Portugal (2006-2009); and Secretary of State for Science and Higher Education and Secretary of State for Environment and Spatial Planning (2003-2005). He served as a Member of the European Parliament and standing draftsman on climate change from 1999 to 2003. As Member of the European Parliament, he was the author of the political agreement on the EU Emissions Trading Directive in 2003. Mr. Moreira da Silva graduated from the Universidade do Porto with a degree in Electrical and Computer Engineering and holds a postgraduate degree in Senior Management from the AESE-IESE Business School, Navarra University, Spain. As Director, Mr. Moreira da Silva plays a key role in positioning the OECD's work on development co-operation at the leading edge. He supports the work of the Development Assistance Committee (DAC) and collaborates closely with other components of the OECD's Development Cluster to strengthen the Organisation's contribution to the international governance architecture, as well as to OECD-wide initiatives and work in support of the Sustainable Development Goals (SDGs).

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



#### **JOSÉ DE FREITAS FERRAZ**

Presidente do Instituto Diplomático desde Março de 2015. Foi Embaixador de Portugal no Japão, em Moçambique e na Dinamarca. Ao longo da sua carreira foi Director Geral dos Assuntos Europeus de 2008 a 2011; no Gabinete do Primeiro Ministro de Outubro de 1995 a Dezembro de 2000. Antes tinha sido Correspondente Europeu na Secretaria de Estado; membro do Grupo Antici na Representação permanente de Portugal em Bruxelas entre 1990 e 1993. Esteve igualmente em posto como Secretário de Embaixada em Madrid, Maputo e Washington. Entrou no Ministério dos Negócios Estrangeiros no concurso aberto em 1978. Foi promovido a Embaixador de categoria em 2008. Licenciado em História pela Universidade de Umea; nasceu em Lisboa a 29 de Outubro de 1949.



#### **JOSÉ FILIPE CASTRO MENDES**

Ministro da Cultura. Nasceu em 1950, em Idanha-a-Nova. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, tendo sido adjunto dos Gabinetes do Ministro sem Pasta (1974-1975) e do Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975). Foi aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada em 1974. Desempenhou funções na Embaixada em Luanda (1977-1979), na Embaixada em Madrid (1979-1982), na Casa Civil do Presidente da República (1983-1986), na Embaixada em Paris (1986-1991), na Missão Permanente junto do Conselho da Europa (1991-1993). Foi Director de Serviços da América do Sul e Central da Direcção - Geral das Relações Bilaterais (1994-1995), e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (1995-1998, Cónsul-Geral no Rio de Janeiro (1998-2000). Representou Portugal em Budapeste (2003-2007), com credenciais de Embaixador, e em Nova Delhi (2007-2009), também com credenciais de Embaixador. Foi Representante Permanente junto da Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris (2011-2012), e Representante Permanente junto do Conselho da Europa, em Estrasburgo (2012-2015). Recebeu as seguintes condecorações: Grã-Cruz da Ordem do Mérito; Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique; Grande-Oficial da Ordem do Mérito, da Áustria; Grande-Oficial da Ordem de Leopoldo II, da Bélgica; Grande-Oficial da Ordem de Adolfo Nassau, do Luxemburgo; Comendador da Ordem do Rio Branco, do Brasil; Comendador do Ordem do Falcão, da Islândia; Oficial da Ordem do Mérito, do Congo; Oficial da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha; Oficial da Legião de Honra, de França; Cavaleiro da Ordem Real Victoriana, do Reino Unido.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



#### **JOSÉ LUÍS CARNEIRO**

Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Nasceu a 4 de Outubro de 1971. Licenciado em Relações Internacionais. Mestre em Estudos Africanos, é doutorando em Ciência Política e Administração. Foi Presidente da Câmara Municipal de Baião entre 2005 e 2015. Foi Deputado à Assembleia da República entre Fevereiro e Novembro de 2005, e, nesse período, integrou a Comissão dos Negócios Estrangeiros e foi eleito membro da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica. Integrou ainda o Comité das Regiões da União Europeia, entre 2006 e 2015, as Comissões de Educação, Juventude, Ciência e Cultura (Educ) e a comissão de Coesão Territorial (Coter), tendo presidido à Comissão de Recursos Naturais (Nat). Foi membro do Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e do Conselho Económico e Social, entre 2013 e 2015. Desempenhou as funções de Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista entre 2000 e 2002. Eleito deputado para a XIII Legislatura, integrou as Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; e, como suplente, integrou as comissões de Assuntos Europeus e Agricultura e Mar. Foi, ainda, eleito vice-Presidente da Direcção da Bancada Parlamentar do PS. Entre 1998 e 2005 foi vereador sem pelouro na Câmara Municipal de Baião. É presidente da Federação Distrital do Partido Socialista do Porto desde 2012. É docente universitário, com funções suspensas, na Universidade Lusíada e no Instituto de Ciências da Informação e Administração (Aveiro). Tem trabalhos publicados nas áreas da ciência política e relações internacionais, e no âmbito dos poderes locais e regionais.



#### **MANUEL CARLOS COSTA DA SILVA**

Director Geral da APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele; Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto; Formação em mercados financeiros pelo London School of Economics; Condecorado pelo Presidente da República com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique; Membro do Conselho da Indústria do XIX Governo Constitucional; Membro do Conselho da Indústria Portuguesa da CIP; Professor convidado do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão; Membro do Fórum CMVM/PME para o Mercado de Capitais; Foi Administrador não Executivo da Galp Energia, SA; Foi Administrador Executivo da Amorim Energia, BV; Foi Administrador Executivo da Amorim – Investimentos Energéticos, SGPS, SA; Foi Presidente do ICEP; Foi Presidente do IAPMEI; Foi Presidente do Conselho Geral do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos; Encarregado de Missão do Programa Dínamo - Dinamização da Moda nos sectores têxtil, vestuário e calçado no XV Governo Constitucional; Foi administrador do Centro Tecnológico do Calçado; Integrou vários Conselhos Consultivos e cargos não executivos

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



**MANUEL HEITOR**

Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Nasceu em Lisboa, em 1958. É doutorado pelo Imperial College de Londres, na área de Engenharia Mecânica (Combustão Experimental), 1985, tendo feito um pós-doutoramento na Universidade da Califórnia em San Diego, 1986. Prosseguiu posteriormente uma carreira académica no Instituto Superior Técnico (IST) em Lisboa, onde começou por desenvolver a sua actividade de investigação na área de Mecânica de Fluidos e Combustão Experimental. É Professor Catedrático no IST, Lisboa, onde dirige o «Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+» e coordena os programas de doutoramento do IST em «Engenharia e Políticas Públicas» e em «Engenharia de Conceção e Sistemas Avançados de Manufatura». Foi Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos XVII e XVIII Governo, entre Março/2005 e Junho/2011, envolvendo-se activamente no aumento do financiamento público e privado para actividades de ciência e tecnologia e na reforma e modernização do ensino superior. Foi particularmente instrumental no desenho e implementação de consórcios internacionais em investigação e formação avançada entre universidades portuguesas e norte americanas, envolvendo redes temáticas de ciência e tecnologia. Em 2011/12 foi Professor Visitante na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América. Presidente Adjunto do IST entre 1993 e 1998, tendo-se dedicado desde o início dos anos 90 ao estudo de políticas de ciência, tecnologia e inovação, incluindo políticas e gestão do ensino superior. Fundou em 1998 o IN+ do IST, o qual foi nomeado em 2005 como um dos Top 50 global centres of research on Management of Technology, pela International Association for the Management of Technology, IAMOT. É Research Fellow da Universidade do Texas em Austin, no Instituto IC2, Innovation, Creativity and Capital. Lançou e coordenou a série de Conferências internacionais sobre Technology Policy and Innovation, é co-editor da série de livros sobre Science and Technology Policy, editada pela Purdue University Press. Foi co-fundador em 2002 da rede internacional «Globelics – the global network for the economics of learning, innovation, and competence building systems». Recentemente, tem estado activamente envolvido na promoção da rede europeia «step4EU, science, technology, education and policy for Europe», assim como no estabelecimento do Observatório Internacional de Políticas Globais para a Exploração do Atlântico, OIPG». Em Julho 2015 promoveu em Portugal o Manifesto «O Conhecimento como Futuro» e, mais recentemente, a declaração internacional «Knowledge as Our Common Future».



**MARGARIDA MARQUES**

Secretária de Estado dos Assuntos Europeus. Nasceu no Bombarral, em 1954. Eleita deputada na XIII Legislatura da Assembleia da República, em 4 Outubro 2015, tinha sido deputada na III Legislatura da Assembleia da República (1983/1985). É licenciada em Matemática - Estatística, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1976). É mestre em Ciências da Educação - Educação e Desenvolvimento, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1991). Foi funcionária da Comissão Europeia (1994/2015), desempenhou funções na Direcção Geral Educação e Cultura e na Direcção Geral Comunicação. Foi Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal (2005/2011). Foi Subdirectora do Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional, no Ministério da Educação (1988/1992), responsável pela criação das escolas profissionais, e representante do Ministério da Educação no Comité Consultivo do programa PETRA junto da Comissão Europeia e na Comissão Nacional de Aprendizagem. Foi funcionária do Ministério da Educação (1985/1994) e do Ministério dos Transportes (1976/1983). Foi Professora Convidada na Universidade Autónoma (1983/1989), na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1989/1994), no ISCTE/IUL (2004/2011). Foi membro do Conselho Nacional de Educação (2000/2002) e do Conselho Consultivo para a Igualdade (1986/1992). Foi membro do Conselho Geral do ISCTE/IUL (2009/2015; vice-presidente desde 2012). Foi fundadora da JS e sua secretária-geral (1981/1984).

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros  
Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu  
Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação  
Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID  
Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua  
Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS  
Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros  
Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



#### **MARIANA ABRANTES DE SOUSA**

Presidente da Comissão Executiva da SOFID, Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, 2017. Formada em Economia pela University of California, Berkeley e com Mestrado em Políticas Públicas pela Princeton University (1975). Trabalhou como Consultora Financeira em países emergentes e como gestora bancária nos Estados Unidos e Portugal. Serviu 4 anos como Controladora Financeira nos Ministérios de Transportes e de Saúde a reportar ao Ministro das Finanças (de 2006 a 2010). Ao longo de 10 anos como consultora, realizou estudos e trabalhos de assistência técnica e formação para várias instituições (BERD, Comissão Europeia, Bizclim, Banco Africano de Desenvolvimento, Governo de Angola, ELO/IICT, FMI/FAD, USAID, KfW e BPC) em diversos países, destacando Angola, Moçambique, Roménia, Bulgária, Síria, Burkina Faso, Quénia, Cazaquistão e Peru. Como gestora bancária, ao longo de 25 anos, trabalhou no ABN AMRO Bank (Portugal) como Directora Financeira, no Banco Português do Atlântico, no Banco Europeu de Investimento e no Chase Manhattan Bank (New York, México, Argentina, Brasil). Até recentemente, serviu como administradora não-executiva de um fundo de investimento, Infraestrutura Crisis Facility. Como especialista em crédito e PPPs, lecciona sobre financiamento de projectos na UNL - Nova School of Business and Economics. É autora de artigos sobre gestão bancária e gestão de contratos de PPP e concessões.



#### **MIGUEL FRASQUILHO**

Presidente da AICEP. Nasceu em 12 de Novembro de 1965. É Mestre em Teoria Económica (Universidade Nova de Lisboa) e Licenciado em Economia (Universidade Católica Portuguesa). Foi Deputado à Assembleia da República pelo PSD, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar e Vice Presidente da Comissão Parlamentar de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal. Foi Director-Coordenador do Departamento Espírito Santo Research. Participou na Comissão de Reforma do IRC, cujos trabalhos decorreram entre Janeiro e Julho de 2013. Foi Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças no XV Governo Constitucional. Foi Presidente da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações na X Legislatura. Foi do cente de diversas disciplinas de Economia e Métodos Quantitativos na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade Nova de Lisboa. Foi assessor do Secretário de Estado do Comércio no XII Governo Constitucional. Foi economista no Conselho Económico e Social e na empresa FISECO – Serviços Financeiros S.A. É autor do livro “As Raízes do Mal, a Troika e o Futuro” (2013) e co-autor dos Livros “Portugal Europeu?” (2001), “Produtividade e Crescimento em Portugal” (2002), “4R – Quarta República” (2007), “As Farpas da Quarta” (2009), e “Portugal e o Futuro – Homenagem a Ernâni Lopes” (2011). Tem dois working papers publicados na área dos Métodos Quantitativos (Teoria do Controlo Óptimo e Análise de Decisão Multicritério). Possui o Certificate of Proficiency in English (University of Cambridge, Local Examinations Syndicate), o Curso de Educação Musical, o 2ºano do Curso de História da Música e a frequência do 12º grau do Curso de Piano (Escola de Música do Conservatório Nacional).

[Ministro dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



**MIGUEL HORTA E COSTA**

Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, do Grupo de Coordenação da Rede das Câmaras de Comércio Portuguesas e Presidente do Conselho de Curadores na Fundação Luso-Brasileira. Licenciado em Economia pelo ISCEF (hoje ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, é pós-graduado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade de Navarra (AESE) e pela Management College (BPO – Univ. Birmingham). Do seu percurso profissional, destacam-se as funções desempenhadas enquanto Secretário de Estado do Comércio Externo no XI Governo Constitucional, entre 1987 e 1990; vice-presidente executivo no Grupo Portugal Telecom entre 1995 e 2002 e, em 2002, presidente executivo da Portugal Telecom, posição que ocupou até 2006. Depois de deixar o cargo na PT, Miguel Horta e Costa ocupou a posição de vice-presidente do conselho de administração do BESL, depois Haitong Bank, posição a que renunciou em Maio de 2016.



**PAULO PORTAS**

Actualmente Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Paulo Portas é também conselheiro estratégico para a internacionalização da Mota-Engil, sendo responsável pelo Conselho Internacional da empresa. Foi Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e, mais tarde, Vice-Primeiro-Ministro do XIX e do XX Governos Constitucionais. Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, foi jornalista nos periódicos “Tempo”, “A Tarde”, “Semanário” e fundou “O Independente” do qual foi director. Presidente do CDS/PP em 1998-2005 e, de 2007 a 2016, foi Deputado à Assembleia da República nas legislaturas de 1995, 1999, 2002, 2005, 2009, 2011 e 2015, tendo renunciado ao cargo de deputado em 2016. Foi Ministro de Estado e da Defesa Nacional nos XV e XVI Governos Constitucionais. Foi Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (2001), Deputado ao Parlamento Europeu (1999), e Deputado à Assembleia Municipal de Arouca (2009).



**SARAH MORTELL**

Director of the Forum at Web Summit. She leads the team responsible for pulling together an invite only meeting of 250 world leaders, academics, tech and business CEOs and pop culture influencers in Lisbon every November. Prior to that, she graduated from Trinity College, Dublin with a bachelor’s degree in Economics and Politics and served as the 5th female President of the 332 year old University Philosophical Society, the oldest debating society in the world.

[Ministro dos Negócios  
Estrangeiros](#)  
[Augusto Santos Silva](#)

[Comissário Europeu](#)  
[Carlos Moedas](#)

[Secretária de Estado dos Negócios  
Estrangeiros e da Cooperação](#)  
[Teresa Ribeiro](#)

[Presidente da Comissão Executiva  
da SOFID](#)  
[Mariana Abrantes de Sousa](#)

[Presidente do Camões – Instituto  
da Cooperação e da Língua](#)  
[Ana Paula Laborinho](#)

[Presidente da APPICAPS](#)  
[Manuel Carlos](#)

[Secretária Geral do Ministério dos  
Negócios Estrangeiros](#)  
[Ana Martinho](#)

[Programa Anotado](#)

[Notas Biográficas dos Oradores](#)



**TERESA RIBEIRO**

Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Nasceu em Moçambique, em 1954. É licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, certificado da Universidade de Harvard, J.F. Kennedy School, e curso de Auditora de Defesa Nacional. Foi Secretária-Geral Adjunta da União para o Mediterrâneo, entre 2013 e 2015. Foi Secretária de Estado dos Assuntos Europeus entre 2008 e 2009. Foi co-presidente do Comité de Comércio Externo e Investimento do Mediterrâneo, na Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, entre 2010 e 2011. Foi Administradora da Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo (AICEP), nos anos de 2010 e 2011. Foi presidente do Instituto de Comunicação Social (ICS), em 2000-2008. Foi presidente do Comité Director dos Mass Media, do Conselho da Europa, em 1999-2000. Foi presidente do Observatório de Comunicação (Obsercom), em 1998-2000.